

Relatório Anual 2015

# FUNDAÇÃO ECOS

O futuro sempre presente



## MISSÃO

Garantir a complementação de benefícios da Previdência Social contribuindo para a qualidade de vida dos Participantes e Assistidos e para o desenvolvimento econômico-social do país, através da boa gestão dos recursos aportados.

## VISÃO

Ser reconhecida no segmento das entidades fechadas de previdência complementar como referencial de credibilidade e excelência em gestão de planos de benefícios.

## VALORES

- Ética
- Comprometimento
- Transparência
- Credibilidade
- Excelência em Gestão
- Responsabilidade Social



*“Tudo o que é bom dura o tempo necessário para ser inesquecível.”*  
*Fernando Pessoa*

# Mensagem da Diretoria

Em 2015 experimentamos um ano bastante difícil, como há muito tempo o país não atravessava. Crise econômica severa, escândalos de corrupção, manobras para esconder a realidade do país e muita, muita instabilidade política.

Sem dúvidas tamanha instabilidade política tornou ainda maiores os desafios próprios da gestão dos recursos, pois o mercado, de uma maneira geral, é muito sensível e reage muito rapidamente aos movimentos políticos.

A Fundação ECOS, no entanto, conseguiu atravessar o conturbado ano de 2015 com bons resultados, fechando o exercício apenas ligeiramente abaixo da meta atuarial, mesmo diante de uma inflação sobremodo alta, a mais elevada dos últimos 13 anos e um cenário de grande volatilidade nos índices que corrigem nossos Investimentos.

No ano foram pagos benefícios previdenciários num total de R\$ 58 milhões e mesmo em meio a tantos fatores contrários, a segurança e solidez dos nossos investimentos permitiram que alcançasse um montante de R\$ 856 milhões e um superávit de R\$ 164 milhões.

No cenário regulamentar, merece destaque alteração normativa trazida pela Resolução CNPC n.º 22/2015, que flexibilizou as regras de distribuição do superávit, adequando-as à realidade de cada Plano de Benefícios, possibilitando à ECOS voltar a pensar em distribuir superávit, já que agora a legislação passou a levar em conta o fato de termos um Plano BD fechado e bastante maduro.

A rentabilidade consolidada alcançou 15,97% no Plano BD, contra uma meta atuarial de 16,56%. A rentabilidade do Plano CD foi de 14,93% no Perfil Conservador, frente a um *benchmark* de - 13,26%; e Perfil Arrojado a rentabilidade foi de -2,07% frente ao *benchmark* de -13,31%.

Em linha com a política de redução de custos da Entidade, neste ano o presente Relatório circulará apenas em meio eletrônico, evitando despesas com impressão e também com postagem.

Agradecemos a todos os Colaboradores, Patrocinadoras e Conselheiros pelo empenho e dedicação à nossa ECOS.

Boa leitura!  
Diretoria Executiva

# Índice

<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	05
Conselho Deliberativo	
Conselho Fiscal	
Diretoria	
<b>RELACIONAMENTO COM OS PARTICIPANTES E ASSISTIDOS</b>	07
<b>PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO</b>	
Gestão Previdencial	13
Gestão de Investimentos	15
Demonstrativo dos Investimentos	22
Custos com a Gestão de Investimentos	24
Política de Investimentos	25
Parecer Atuarial	29
<b>PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA</b>	
Quadro de Participantes	34
Gestão de Investimentos	34
Demonstrativo dos Investimentos	35
Custos com a Gestão dos Investimentos	37
Política de Investimentos	38
Parecer Atuarial	41
<b>PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>	
Gestão de Investimentos	44
Demonstrativos dos Investimentos	44
Custos com a Gestão dos Investimentos	44
Política de Investimentos	45
<b>INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS</b>	
Relatório dos Auditores Independentes (Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas)	49
<b>PARECER DO CONSELHO FISCAL</b>	85
<b>MANIFESTÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO</b>	85

# Administração



*“A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.”*

*Martin Luther King*

## CONSELHO DELIBERATIVO

### TITULARES

Antônio Pedreira de Freitas Burity - *Presidente*  
Angelo Calmon de Sá Junior  
Edilson Carvalho Lauria  
Luiz Ovídio Fisher  
José Carlos Porto de Castro  
Marcelo Monteiro Perez

### SUPLENTES

Gileno Neri Afonso  
Adri Viana Lago  
Luiz Garcia Hermida  
Fernando Ballalai Alves Neto  
Roney Jorge Martins da Silva  
Sérgio Maia Villas-Bôas

## CONSELHO FISCAL

### TITULARES

Cristiane Miranda da Silveira - *Presidente*  
Vitório Mele  
Gilberto Ferreira Galvão

### SUPLENTES

Ayala Mariusha Guedes G.Rocha  
Edvaldo Pimenta Machado  
Gilberto Moreira Santana

## DIRETORIA EXECUTIVA

Jussara Carvalho Salustino  
**Diretora Presidente e Seguridade**

Tiago Novaes Villas-Bôas  
**Diretor Administrativo Financeiro**



## *O tempo*

*“A vida é o dever que nós trouxemos para fazer em casa.*

*Quando se vê, já são seis horas!*

*Quando se vê, já é sexta-feira!*

*Quando se vê, já é natal...*

*Quando se vê, já terminou o ano...*

*Quando se vê perdemos o amor da nossa vida.*

*Quando se vê passaram 50 anos!*

*Agora é tarde demais para ser reprovado...*

*Se me fosse dado um dia, outra oportunidade, eu nem olhava o relógio.*

*Seguiria sempre em frente e iria jogando pelo caminho a casca dourada e inútil das horas...*

*Seguraria o amor que está a minha frente e diria que eu o amo...*

*E tem mais: não deixe de fazer algo de que gosta devido à falta de tempo.*

*Não deixe de ter pessoas ao seu lado por puro medo de ser feliz.*

*A única falta que terá será a desse tempo que, infelizmente, nunca mais voltará.”*

*Mário Quintana*

# Relacionamento com os Participantes e Assistidos

## Homenagem ao dia do Aposentado

Mais uma vez a Fundação ECOS participou do evento promovido pela Abrapp em comemoração ao Dia do Aposentado – 24 de janeiro. Em 2015, o assistido Jayro Raphael representou todos os aposentados da ECOS ao receber o Diploma alusivo á data das mãos do então Diretor de Seguridade, Roberto Dâmaso.



## XV - Encontro da Diretoria com os Participantes e Assistidos

15ª edição do Encontro da Diretoria com os Participantes e Assistidos da ECOS aconteceu nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador. O evento, que acontece anualmente, faz parte do calendário de compromissos da Fundação e tem como objetivo reunir os associados para apresentar as atividades administrativas e financeiras da entidade ano anterior.

Este ano a Fundação inseriu novidades no processo. Antes do encontro incentivou a todos que enviassem dúvidas, sugestões e temas de interesse para serem abordadas durante as apresentações, foi aplicada uma pesquisa enviada por e-mail para aqueles que participaram do encontro. Outra inovação do ano, foi a disponibilização no site e também por e-mail, das informações apresentadas pelos diretores. Essa ação foi efetuada em atendimento às solicitações dos participantes e assistidos que não puderam estar presentes nos encontros, mas gostariam de obter as informações apresentadas.

São Paulo



Recife



Salvador



## Homenagem a Roberto de Sá Dâmaso

Em maio, ao final do mandato como Diretor de Seguridade da ECOS, Roberto de Sá Dâmaso partiu para novos desafios na Patrocinadora. Foram 16 anos de dedicação aos interesses da nossa entidade, especialmente às questões dos planos administrados pela ECOS e interesses dos participantes e assistidos.

Uma reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo marcou o fim do mandato de Roberto de Sá Dâmaso em 08/05. Foram convidados para homenageá-lo, Dr Angelo Calmon de Sá, Lilian Dâmaso (esposa do homenageado), os conselheiros suplentes, bem como os membros do Conselho Fiscal, os representantes das Patrocinadoras e também os funcionários da fundação.



## Recondução da Diretoria

Os diretores executivos da ECOS, Jussara Salustino e Tiago Villas-Bôas, foram reconduzidos pelas Patrocinadoras da Fundação por um mandato de mais 4 anos em decisão oficializada no dia 8 de maio, durante uma reunião Extraordinária do Conselho Deliberativo. À frente da Fundação desde 2007, os diretores assumem o mandato para o período 2015-2019.

No novo mandato, a presidente Jussara passa a acumular o cargo de diretora de Seguridade da Fundação, antes ocupada por Roberto Dâmaso e Tiago continua a frente da Diretoria Financeira e Administrativo.





## Encontro com os participantes do Plano CD

O encontro Semeando o futuro, aconteceu em 18 de setembro e foi totalmente direcionado para os participantes do Plano CD com objetivo de proporcioná-los melhores conhecimentos sobre seu Plano de benefícios, transmitindo de forma simples e direta suas principais características e melhor forma de administrar as contribuições e saldo de conta. A Presidente Jussara Salustino e o Diretor Administrativo-Financeiro, Tiago Villas Boas, comentaram sobre a importância de o participante conhecer melhor seu plano para aproveitá-lo mais. “Estamos aqui para trazê-los mais próximos da Fundação, do seu plano de previdência, e fazê-los entender que o que hoje é descontado em folha, no futuro permitirá a vocês boa qualidade de vida e recurso para aproveitar melhor a vida”, comentou Jussara.

Ao final do evento, foi distribuída para cada participante a Cartilha do Plano CD e sorteado o livro “Adeus, Aposentadoria”, de Gustavo Cerbasi, que teve como contemplada Maria de Fátima de Barros Silva, participante do plano desde 2008.



## Encontro dos Aposentados dos fundos de Pensão da Bahia

Aposentados e pensionistas das Fundações ECOS, Bases, Fabasa e Faelba reuniram-se no 18º Encontro de Aposentados dos Fundos de Pensão da Bahia, no dia 14 de outubro, na Associação Atlética da Bahia, em Salvador. O encontro teve como palestrante o geriatra Adriano Gordilho, que abordou o tema “Convívio Social e Redes Sociais. Uma alavanca para a manutenção de vida!”. Durante a sua apresentação, o médico apontou alguns passos simples para alterar a rota do envelhecimento e construir um futuro mais saudável e destacou a importância das atividades físicas e de se manter ativo com atitudes que proporcionam qualidade de vida.

Ao final da palestra, foi servido um coquetel, acompanhado de música ao vivo, para que os participantes pudessem aproveitar mais o encontro.



## Confraternizações de final de ano

Os encontros de confraternização de fim de ano da Fundação ECOS, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, reuniram diretores, participantes e seus familiares, num clima agradável, descontraído e de total amizade.

Em todas as regiões, as confraternizações ocorreram no agradável clima natalino, com conversas, risadas e trocas de mensagens de congratamento.

A presidente Jussara Salustino e o diretor Financeiro Tiago Villas Bôas participaram dos eventos e, em suas declarações, destacaram a importância da realização desses encontros e desejaram que 2016 seja um ano mais positivo para todos.



São Paulo

Rio de Janeiro



Recife



Salvador



## Campanha Solidária

Em 2015, a instituição eleita para a campanha solidária do ano foi a Casa de Caridade Adolfo Bezerra de Menezes, um hospital de abrigo para idosos doentes e deficientes físicos, localizada no bairro de Lauro de Freitas em Salvador.

Durante o ano, foram arrecadados 646 itens entre alimentos não perecíveis, leite em pó e fraldas geriátricas e, R\$ 2.017,00 de contribuições em depósitos na conta de poupança da Instituição Casa de Caridade Adolfo Bezerra de Menezes.

O valor em dinheiro foi disponibilizado para a compra do material para colocação de forro de PVC nos ambientes do abrigo: lavanderia, despensa e cozinha.

Agradecemos, mais uma vez, a disponibilidade de todos os que contribuíram com a campanha beneficiando aos internos da Casa de Caridade Adolfo Bezerra.



## A ECOS nas redes sociais – Facebook

A partir de 1º de julho, a ECOS disponibilizou mais um canal de relacionamento com seus associados, o FACEBOOK. Este veículo de comunicação permite a ECOS maior interação com seus participantes, numa abordagem mais leve e rápida. Aqui a busca é estimular o interesse pelos assuntos que permeiam o universo da Previdência Complementar, Finanças Pessoais, Saúde e Bem-Estar, Utilidade Pública e Eventos ECOS.



## Um ano de Boletim Informativo

Em julho, o Boletim Informativo ECOS, completou um ano de divulgação mensal. O boletim é enviado a todos os participantes e assistidos dos planos administrados pela ECOS, através de e-mail marketing. O boletim mantém informações gerenciais dos planos BD e CD que tem por objetivo facilitar aos seus participantes, o acompanhamento dos números mensais dos planos. A prática foi criada para que os participantes e assistidos tivessem a facilidade de receber as informações por e-mail no mesmo dia em que são liberadas as informações pelos conselhos deliberativo e fiscal da entidade.



## Navegue no site da ECOS com mais facilidade

Agora ficou mais fácil navegar pelo site da Fundação ECOS. A página foi reestruturada com a inclusão de ferramentas dinâmicas para facilitar o acesso e a navegação aos seus participantes. A Área do Participante e o menu foram rearrumados para proporcionar melhor visibilidade a quem navega pela página. O acesso às notícias, fotos e vídeos também estão mais fáceis e será possível acompanhar o que acontece na ECOS e no universo dos fundos de pensão. Além de um visual mais leve, dinâmico e atual, o site foi preparado para ser acessado por dispositivos como iPad, smartphone e tablet com o objetivo de ampliar, cada vez mais, o relacionamento com o participante. A ideia é oferecer aos associados uma visão contemporânea e inovadora de comunicação.





## PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO

*“Esse é o agir do tempo  
Ele apenas amadurece o fruto  
plantado por suas mãos.”*

*Rose Felliciano*

# GESTÃO PREVIDENCIAL

## QUADRO DE PARTICIPANTES

No ano de 2015, o quadro de participantes do Plano ECOS de Benefício Definido, estava formado por 125 participantes ativos e autopatrocinados e 726 assistidos, com o total de 851 associados.

Durante o ano de 2015, a Fundação ECOS concedeu um total de 22 benefícios sendo, 01 auxílio doença, 02 aposentadoria por tempo de serviço, 04 aposentadorias antecipadas, bem como, foram concedidos 14 pensões e 18 pecúlios.

A seguinte tabela apresenta a composição do quadro de assistidos (aposentados, pensionistas e em auxílio doença) e participantes (ativos e autopatrocinados) em 2015, comparativamente a 2014.

<b>ASSISTIDOS</b>	<b>Dez/2015</b>	<b>Dez/2014</b>
Aposentados	453	465
Pensionista	272	261
Em auxílio doença	1	0
<b>Total</b>	<b>726</b>	<b>726</b>
<b>PARTICIPANTES</b>	<b>Dez/2015</b>	<b>Dez/2014</b>
Ativos	45	48
Autopatrocinados	80	84
<b>Total</b>	<b>125</b>	<b>132</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>851</b>	<b>858</b>

“De olho no amanhã a gente perde o  
AGORA: pensando no ontem o tempo  
vai-se embora.”

J. Castro

## EVOLUÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS

EVOLUÇÃO DAS RESERVAS MATEMÁTICAS - R\$ MIL				
Patrimônio para cobertura do plano	2012	2013	2014	2015
Provisões Matemáticas <sup>(1)</sup>	556.906	586.475	612.834	670.302
Benefícios Concedidos	509.491	534.878	556.939	607.355
Benefícios a Conceder	47.415	51.597	55.895	62.947
Superavit Técnico Acumulado <sup>(2)</sup>	156.014	162.788	163.050	163.633
Reserva de Contingência	139.226	146.619	153.209	120.587
Reserva para Revisão do Plano	16.788	16.169	9.841	43.046

(1) As reservas matemáticas representam o valor que o Plano de Benefício deve ter em seu patrimônio, capaz de garantir seus compromissos futuros com todos os participantes e assistidos. É subdividida em Benefícios Concedidos (valores referentes aos assistidos) e a Conceder (valores referentes aos ativos).

(2) O Superávit Técnico Acumulado, contém a Reserva de Contingência que é igual a 25% do valor das reservas matemáticas e é a garantia para eventos futuros e incertos e a Reserva para revisão do Plano, que é o excedente do plano e é utilizada para distribuição de superávit.



*“Só existem dois dias no ano que nada pode ser feito. Um se chama ontem e o outro se chama amanhã, portanto hoje é o dia certo para amar, acreditar, fazer e principalmente viver.”*

*Dalai Lama*

# GESTÃO DE INVESTIMENTOS

## AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2015 foi extremamente difícil para a economia brasileira, a atividade econômica passou a apresentar retração e a inflação disparou. No campo político, vimos um governo perdido, enfraquecido e sem credibilidade, que dificultou a tomada de decisões importantes para a retomada do crescimento. Este conjunto de fatos gerou forte turbulência, tanto na economia como na política, refletindo nos mercados de ações, moeda e juros.

Fazendo uma retrospectiva, podemos elencar:

(i) Copom aumentou a taxa Selic em todas as reuniões entre janeiro e outubro, saindo de 11,75% para 14,25% - a taxa mais alta nos últimos nove anos;

(ii) no início do ano, economistas previam um crescimento pífio da economia brasileira (0,5%); no entanto, o país entrou em recessão, com PIB negativo de 3,8%, a pior variação anual em termos de crescimento em mais de 20 anos;

(iii) inflação acentuada: no início do ano, a previsão para variação do IPCA era de 7%, entretanto fechamos o ano com 10,67%;

(iv) dólar previsto para o final do ano de R\$2,80; fechamos o ano valendo R\$4,00;

(v) Operação “Lava Jato” envolvendo empresas e empresários de porte na economia;

(vi) a aceitação pelo presidente da Câmara da abertura do processo de impeachment contra a presidente;

(vii) embate exaustivo entre executivo e legislativo para a aprovação do Orçamento do Governo, inclusive pacote fiscal proposto pelo então ministro da Fazenda, Joaquim Levy, que acabou não sendo aprovado, dividindo o governo e culminado com a troca do ministro;

(viii) perda do “grau de investimento” pelas agências de classificação de risco *Fitch* e *Standard & Poor's* o país perdeu o selo de “bom pagador”, muito importante para investidores estrangeiros.

No cenário internacional, boas notícias para americanos, mas aumento da preocupação do outro lado do Atlântico. O banco central americano fechou 2015 fazendo o tão alardeado e esperado aumento da taxa de juros, que deixou o mercado tenso durante todo o ano. Os números da economia demonstraram melhora, mas o aumento das taxas de juros deverá ser cauteloso. No leste do globo, tivemos: crise na Grécia; desaceleração da China, influenciando preço de commodities; preço do barril de petróleo despencou (de US\$100 em jul/14 para US\$ 37 em dez/15); ataques terroristas à França; tensão política na União Europeia devido ao drama dos refugiados, em face do agravamento dos conflitos na Ásia Central e no Oriente Médio; escândalo da VW na Alemanha, com manipulação realizada em testes de emissões de poluentes, ferindo a imagem do país, o que pode causar danos à economia.

2015 foi um ano especialmente difícil para a o setor de previdência complementar fechada, que sofreu com uma combinação de fatores os quais impactaram negativamente os fundos, tanto no resultado da carteira de investimentos, quanto no aumento considerável das reservas matemáticas, ocasionados pela inflação de dois dígitos. Como resultado deste cenário, a grande maioria dos fundos de pensão não atingiu a meta atuarial e uma parte significativa da indústria vem apresentando déficits a serem equacionados por participantes e patrocinadoras.

# GESTÃO DE INVESTIMENTOS

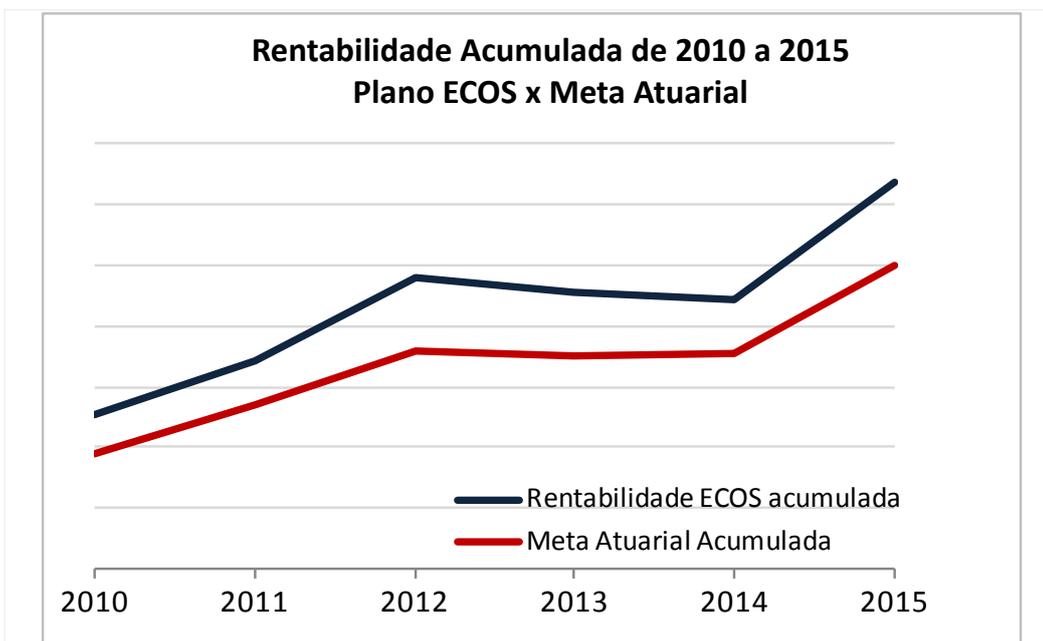
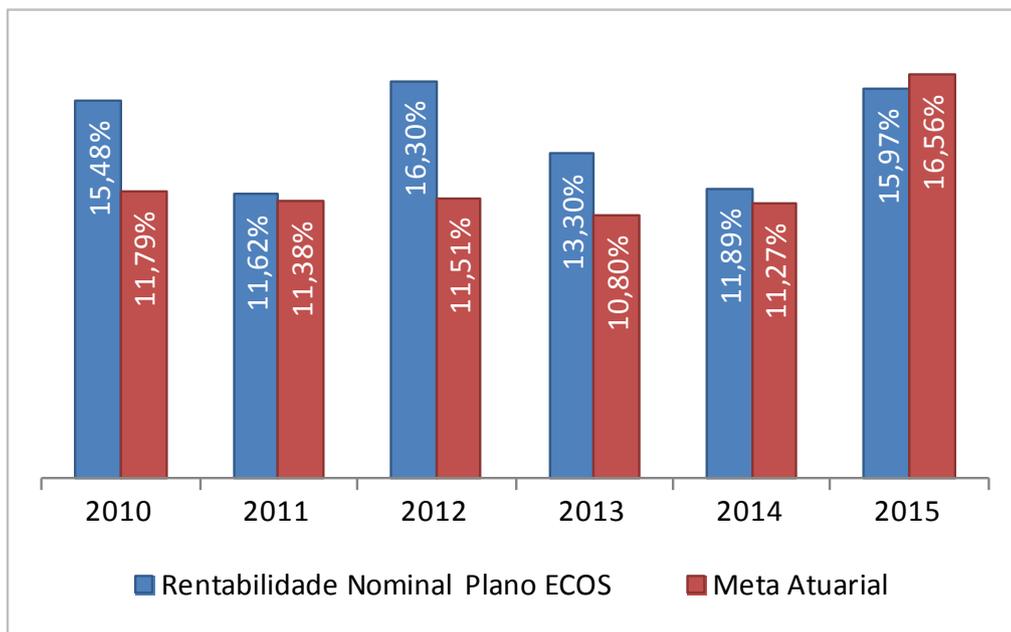
Neste ano, as fundações tiveram dificuldades para buscar um diferencial de rentabilidade e alcançar resultados superiores às metas atuariais, em decorrência da alta variação do INPC, índice mais comumente utilizado para sua atualização.

A Ecos vem mantendo, há muitos anos, como estratégia principal de investimentos o hedge do passivo atuarial, ou seja, ter investimentos que apresentem comportamento parecido com a taxa que reajusta as suas obrigações (pagamento de benefícios). Através de estudos de análise de gestão de ativos (investimentos) e passivos (benefícios a pagar), conhecidos como ALM (Asset Liability Management), conseguimos estabelecer a carteira ideal que atende às necessidades do plano. No fechamento do ano, tínhamos cerca 78% do patrimônio alocado em ativos indexados a índices de inflação (IPCA e IGP-M), mais taxa de juros.

Como podemos ver no quadro abaixo, onde demonstramos as evoluções dos últimos seis anos dos índices INPC, IPCA, TMA (taxa da meta atuarial) e TIR (taxa de retorno dos investimentos), apenas no ano de 2015 não conseguimos superar a meta atuarial anual. No entanto, não houve inflexão na estabilidade econômica do plano - registrou-se superávit, no ano, de R\$583 mil.

ANO	INPC %	IPCA %	TMA %	TIR %	TIR >	TMA %
2010	6,47	5,91	11,79	15,48	Positivo	3,69
2011	6,08	6,50	11,38	11,65	Positivo	0,27
2012	6,20	5,84	11,51	16,30	Positivo	4,79
2013	5,56	5,91	10,80	13,30	Positivo	2,51
2014	6,23	6,41	11,27	11,89	Positivo	0,62
2015	11,28	10,67	16,56	15,97	Negativo	-0,59

Nos gráficos abaixo, podemos comparar as rentabilidades alcançadas versus a meta atuarial de 2010 a 2015.



A rentabilidade consolidada dos investimentos atingiu 15,97% enquanto a meta atuarial chegou a 16,56%, no ano. Dentre os investimentos que utilizamos como diversificação, destacamos positivamente Investimento no Exterior, estratégia que nos deu retorno de 49,4%, em face da alta variação do dólar, além da alocação em títulos públicos marcados "a mercado", que, em apenas dois meses, registrou resultado acima de 12%.

Já o segmento de renda variável teve mais um ano de baixo retorno, e a bolsa brasileira, assim como as bolsas mundiais, fecharam o ano no negativo.

No quadro a baixo, detalhamos as rentabilidades acumuladas dos investimentos, por segmento e consolidada, comparadas aos respectivos benchmarks (índices de referência). Demonstramos, também, a macroalocação por segmento e seus respectivos percentuais de participação em relação aos recursos garantidores comparados aos limites estabelecidos na Resolução CMN 3792 e na Política de Investimentos do plano, na data base de 31/dez/2015:

PLANO BD Segmento / Emissor / Ativo	Rentabilidades %			Total dos Investimentos		Limite Máximo R.3792 %	Limite Máximo PI %
	2015 %	24 meses %	36 meses %	Valor R\$1.000	Partic.sobre R.G %		
<b>RENDA FIXA</b>	<b>18,33</b>	<b>34,27</b>	<b>52,92</b>	<b>703.916</b>	<b>82,67</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
Benchmark RF = INPC+5%	16,84	30,32	44,45				
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>-6,44</b>	<b>-7,54</b>	<b>-8,73</b>	<b>63.546</b>	<b>7,46</b>	<b>70</b>	<b>15</b>
Benchmark RV = IBOVESPA	-13,31	-15,84	-28,88				
<b>EMPRÉSTIMOS</b>	<b>16,30</b>	<b>29,89</b>	<b>43,22</b>	<b>10.935</b>	<b>1,28</b>	<b>15</b>	<b>5</b>
Benchmark EMPR = INPC+4,85%	16,67	29,95	44,18				
<b>IMÓVEIS</b>	<b>16,30</b>	<b>19,54</b>	<b>91,17</b>	<b>47.625</b>	<b>5,59</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
Benchmark IMOV = INPC+5,0%	16,84	30,45	44,73				
<b>INV. ESTRUTURADO</b>	<b>9,70</b>	<b>17,23</b>	<b>25,01</b>	<b>25.385</b>	<b>2,98</b>	<b>20</b>	<b>10</b>
Benchmark INV ESTRUR = 120% CDI	16,10	31,32	46,94				
<b>INV. NO EXTERIOR</b>	<b>49,44</b>	<b>85,73</b>	<b>-</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>10</b>	<b>10</b>
Benchmark INV EXT = INPC+6,0% (*)	42,98	61,00	-				
<b>Depósitos Judiciais/Recursais/Outros</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13</b>	<b>0,00</b>	<b>/</b>	<b>/</b>
<b>TIR BRUTA DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>15,97</b>	<b>29,53</b>	<b>46,71</b>	<b>851.420</b>	<b>100,00</b>		
<b>TIR LÍQUIDA DOS INVESTIMENTOS</b>	<b>15,15</b>	<b>27,68</b>	<b>43,47</b>				
<b>META ATUARIAL = INPC+4,75%</b>	<b>16,56</b>	<b>29,70</b>	<b>43,71</b>				
<b>Disponível</b>				<b>58</b>			
<b>Exigível de Investimentos</b>				<b>(24)</b>			
<b>TOTAL RECURSOS GARANTIDORES(R.G)</b>	<b>/</b>	<b>/</b>	<b>/</b>	<b>851.455</b>	<b>100,00</b>		

## RENDA FIXA

A carteira de renda fixa rendeu, em 2015, 18,33% e o benchmark (INPC + 5% ao ano) registrou 16,84%. Os melhores resultados vieram dos ativos indexados ao IPCA e ao IGP-M, que se beneficiaram das altas variações desses índices acrescidas das taxas de juros.

## RENDA VARIÁVEL

O ano foi difícil para o mercado acionário mundial, cenários econômicos turbulentos contribuíram, negativamente, para os ativos do segmento, principalmente empresas de commodities, como petróleo e minério de ferro, cujos preços caíram muito.

O desempenho consolidado do segmento foi de -6,44%, enquanto o Ibovespa encerrou com variação negativa de 13,31%. Os fundos de investimentos apresentaram performance negativa e apenas a carteira própria obteve ganho de 2,10%, no acumulado do ano.

## INVESTIMENTO ESTRUTURADO

Este segmento, utilizado com o objetivo de diversificação, ficou um pouco abaixo das expectativas, rendeu 9,70% no acumulado ano. Esse resultado foi influenciado pela desvalorização de mais de 31% da cota do FMIEE Rio Bravo, devido à contabilização da previsão de prejuízo com uma das empresas investidas, a Multi Dias. Entre os fundos multimercado, destaque para o gestor Brasil Plural, que obteve ganho de 16,7% no ano, representando mais de 139% do CDI.

A carteira é composta por um fundo de empresas emergentes - FMIEE Rio Bravo - onde só apuramos sua rentabilidade quando iniciar os desinvestimentos das empresas investidas por ele; três fundos multimercado, que buscam agregar rentabilidade em mercados diferenciados e um fundo de participações, que, na verdade, é precificado de acordo com a opção de venda à Cemig, à taxa de IPCA + 7% ao ano.

## INVESTIMENTO NO EXTERIOR

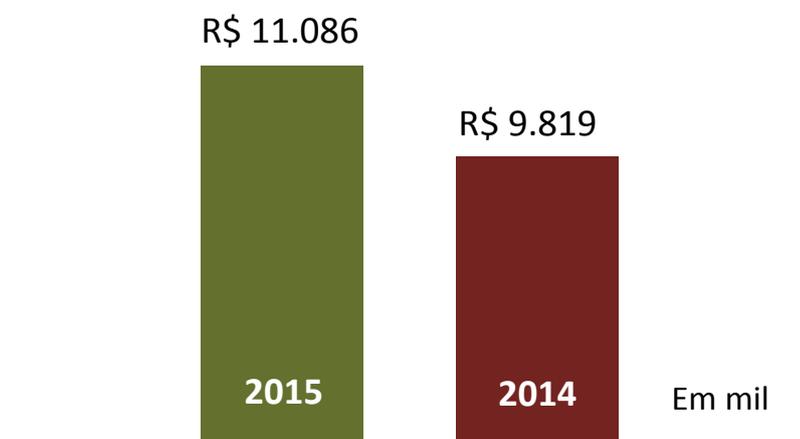
Fechamos o ano de 2015 com participação zero neste segmento, pois efetuamos resgate total dos fundos entre os meses de setembro e outubro. A estratégia ao entrar no segmento em 2014, era de valorização do dólar e recuperação do mercado americano e no decorrer de 2015, tivemos uma valorização cambial muito acima das expectativas, daí termos optado pelo resgate total e assim, concretizar um ganho de quase 50% no ano.

## EMPRÉSTIMOS

O segmento apresentou desempenho de 16,30%, ficando um pouco abaixo do seu benchmark que teve resultado de 16,67%.

No final do exercício de 2015, a carteira de empréstimos registrou o montante de R\$ 11.086 milhões, o que representou um acréscimo 12,90% em relação ao ano anterior (R\$ 9.819 milhões).

Ao final do ano, contávamos com 419 contratos de empréstimos contraídos por participantes e assistidos junto à ECOS.



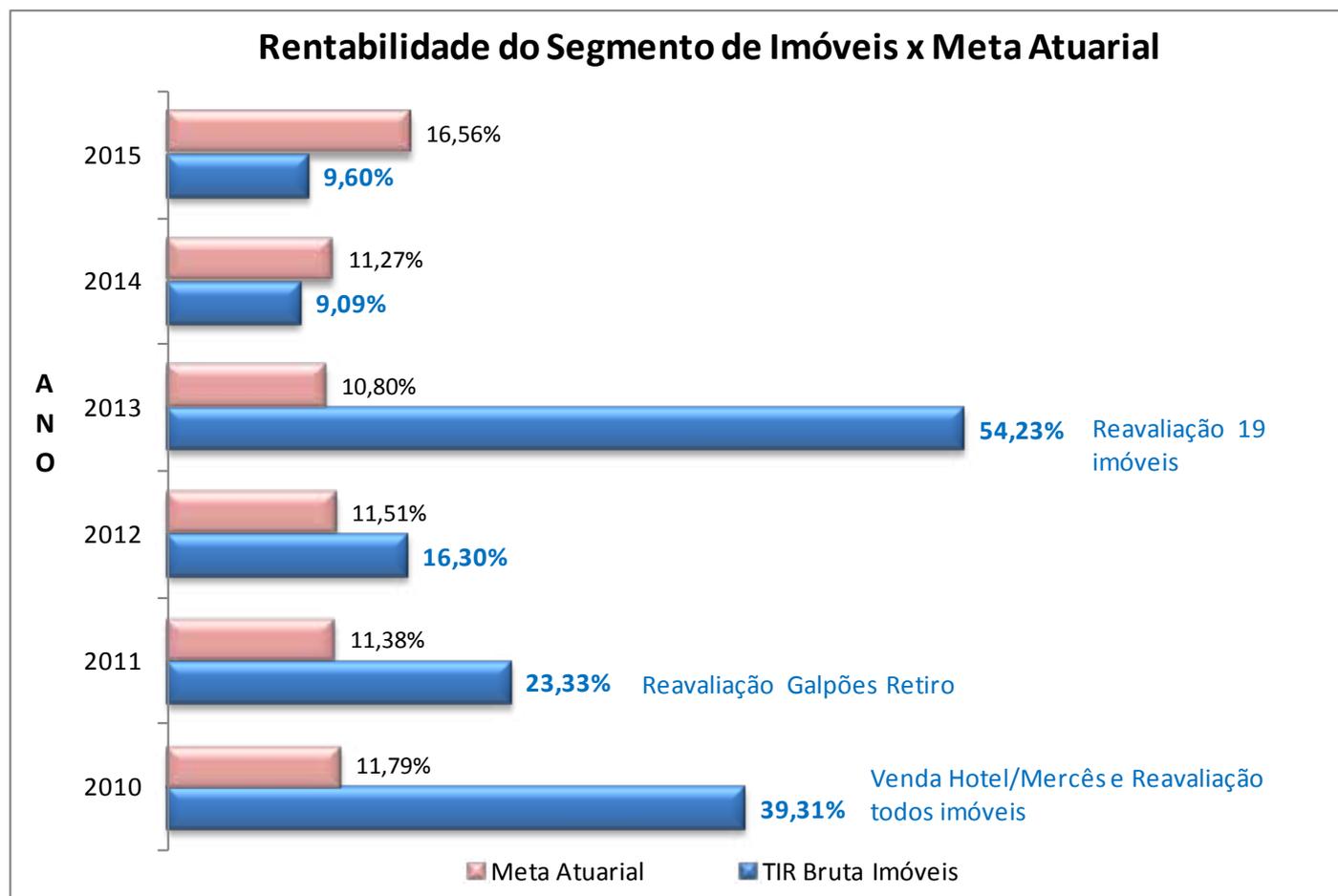
# IMÓVEIS

A carteira imobiliária fechou o ano com rentabilidade de 9,60% contra o benchmark (INPC+5% ao ano) de 16,84%, registrando diretamente o enfraquecimento da economia.

No fechamento do ano, efetuamos a Provisão para Devedores Duvidosos (PDD), referente à inadimplência de locatários quanto a valores de aluguéis e IPTU, conforme determina legislação em vigor.

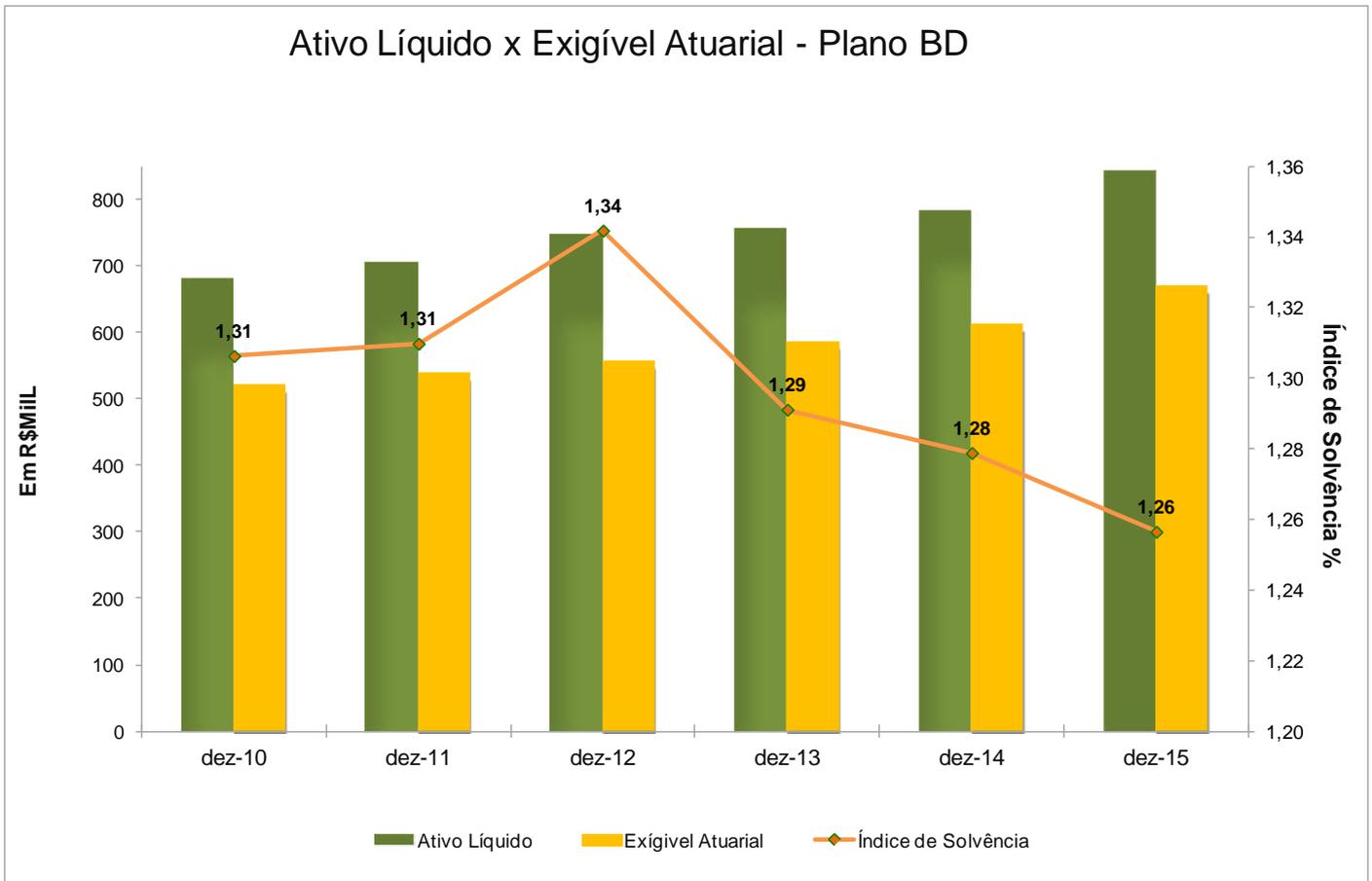
Do total de inadimplência (R\$429 mil), lançamos R\$111 mil como PDD.

Podemos ver no gráfico a baixo que desde 2014 o mercado imobiliário vem se deteriorando, depois de alguns anos de expansão. Neste ano, houve aumento de inadimplência e algumas renegociações dos valores dos aluguéis, que contribuíram para redução das receitas.



## SITUAÇÃO PATRIMONIAL

No encerramento de 2015, o nível de solvência do plano continuou em patamar satisfatório - o patrimônio líquido representava 126% do exigível atuarial. A situação patrimonial do Plano ECOS está demonstrada no gráfico abaixo:



O que é para dar certo,  
no tempo certo dá certo.

# DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

A gestão dos recursos garantidores do Plano ECOS, durante o ano de 2015, cumpriu os limites estabelecidos pela Resolução CMN 3.792, pela Política de Investimentos e pela Resolução do Conselho Deliberativo nº 02/2015, no tocante a alocações por segmento, por tipo de ativo, por emissor e por concentração de emissor ou investimento. No quadro abaixo, temos a composição da carteira de investimentos, e o comparativo com a posição do ano anterior.

## Posição dos Investimentos - Resolução CMN nº3792/ Política de Investimentos

Segmento/Ativos	Limite de Alocação		Posição em 31/12/2015				Posição em 31/12/2014	
	Limite Res. 3792 %	Limite P.I. %	R\$ 1.000	Part.% s/R.G	TIR Bruta No Ano %	Benchmark No Ano %	R\$ 1.000	Part.% s/R.G
<b>RENDA FIXA</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>703.916</b>	<b>82,67</b>	<b>18,33</b>	<b>16,84</b>	<b>624.486</b>	<b>78,86</b>
<b>Título Público Federal</b>	100	100	<b>580.989</b>	<b>68,23</b>	<b>18,73</b>		<b>534.082</b>	<b>67,45</b>
<b>Títulos Privados</b>	80	80	<b>96.269</b>	11,31	16,47		<b>72.724</b>	9,18
<b>Títulos de Instituições Financeiras</b>	80	80	<b>65.230</b>	<b>7,66</b>	<b>17,77</b>		<b>42.213</b>	<b>5,33</b>
CDB			16.476	1,94	18,71		13.879	1,75
DPGE			-	0,00	-		7.427	0,94
LF/LF Subordinada			48.753	5,73	16,62		20.907	2,64
<b>Títulos de Cias Abertas e Securitizadoras</b>			<b>31.039</b>	<b>3,65</b>	<b>18,79</b>		<b>30.511</b>	<b>3,85</b>
Debêntures	80	80	22.962	2,70	21,07		22.097	2,79
CRI	20	<b>20</b>	8.077	0,95	12,94		8.414	1,06
<b>Fundos de Investimentos</b>			<b>26.657</b>	<b>3,13</b>	<b>11,78</b>		<b>17.680</b>	<b>2,23</b>
FIDC	20	20	145	0,02	<b>-3,76</b>		868	0,11
FICFIRF			-	0,00	-		360	0,05
FIRF			26.512	3,11	13,63		16.453	2,08
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>70</b>	<b>15</b>	<b>63.546</b>	<b>7,46</b>	<b>-6,44</b>	<b>-13,31</b>	<b>67.746</b>	<b>8,56</b>
Ações (Carteira Própria)	70	6	23.357	2,74	2,11		22.257	2,81
Fundo de Ações	35	15	40.189	4,72	<b>-10,63</b>		45.488	5,74
<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>20</b>	<b>10</b>	<b>25.385</b>	<b>2,98</b>	<b>9,70</b>	<b>16,10</b>	<b>25.613</b>	<b>3,23</b>
FMIEE - Fundos de Empresas Emergentes	10		1.492	0,18	<b>-32,85</b>		2.222	0,28
FI Multimercado	10		17.723	2,08	13,23		18.171	2,29
FIP	10		6.170	0,72	18,20		5.220	0,66
<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>49,44</b>	<b>42,98</b>	<b>18.166</b>	<b>2,29</b>
FIMM-IE - FI Multim. Inv. Ext.			-	0,00	49,44		18.166	2,29
<b>IMÓVEIS</b>	<b>8</b>	<b>8</b>	<b>47.625</b>	<b>5,59</b>	<b>9,60</b>	<b>16,84</b>	<b>47.737</b>	<b>6,03</b>
Imóveis para Aluguel/Renda			47.625	5,59	9,60	16,84	47.737	6,03
<b>OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES</b>	<b>15</b>	<b>5</b>	<b>10.935</b>	<b>1,28</b>	<b>16,30</b>	<b>16,67</b>	<b>9.668</b>	<b>1,22</b>
Empréstimos			<b>10.935</b>	<b>1,28</b>	<b>16,30</b>		<b>9.668</b>	<b>1,22</b>
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>			<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.979</b>	<b>0,50</b>
<b>OUTROS</b>			<b>13</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DOS INVESTIMENTOS</b>			<b>851.420</b>	<b>100,00</b>	<b>15,97</b>	<b>16,56</b>	<b>797.395</b>	<b>100,70</b>
Disponível			58				43	
Exigível de Investimentos			(24)				(33)	
Contingencial de Investimentos			-				(5.549)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES(RG)</b>			<b>851.455</b>	<b>100,00</b>			<b>791.855</b>	<b>100,00</b>

Quanto aos veículos de gestão, consoante quadro logo a seguir, os recursos do Plano ECOS foram geridos, em sua maioria, através de carteira própria, em volume de recursos de R\$ 759 milhões, equivalente a 89,17% do total dos investimentos. A gestão terceirizada, realizada através de fundos de investimentos, do tipo “condomínio”, representava, apenas, 10,83% do total de recursos do Plano, ao final de 2015, totalizando um volume de R\$ 92 milhões, sendo que, deste valor, 28,9% estavam alocados no segmento de renda fixa, 43,6% em renda variável e 27,5% em fundos estruturados. Esses gestores são avaliados quantitativa e qualitativamente, conforme Manual de Seleção e Avaliação de Gestores.

Abaixo, temos a gestão detalhada, onde demonstramos, também, a alocação por modalidade de investimento, por tipo de emissor e de ativo.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA GESTÃO						Posição em 31/12/2015	
GESTÃO PRÓPRIA			GESTÃO TERCEIRIZADA			TOTAL DOS	
MODALIDADES	Em R\$1.000	Participação %	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	Em R\$1.000	Participação %	Em R\$1.000	Participação %
<b>RENDA FIXA</b>	<b>677.259</b>	<b>79,54</b>	<b>RENDA FIXA</b>	<b>26.657</b>	<b>3,13</b>	<b>703.916</b>	<b>82,68</b>
<b>Título Público Federal (Curva)</b>	<b>553.371</b>	<b>64,99</b>	<b>FIDC - Fundo de Direitos Creditórios</b>	<b>145</b>	<b>0,02</b>		
NTN-C - Nota do Tesouro Nacional - série C	133.636	15,70	Master II (ex-BVA)	145	0,02		
NTN-B - Nota do Tesouro Nacional - série B	398.801	46,84	<b>FI Renda Fixa</b>	<b>18.972</b>	<b>2,23</b>		
NTN-F - Nota do Tesouro Nacional - série F	20.875	2,45	Votorantim Institucional CP	7.773	0,91		
TDA - Título da Dívida Agrária	59	0,01	HSBC FIRF CP Performance	11.199	1,32		
<b>Título Público Federal (Mercado)</b>	<b>27.618</b>	<b>3,24</b>	<b>FI MM Institucional</b>	<b>7.540</b>	<b>0,89</b>		
NTN- B-Nota do Tesouro Nacional -série B	0	0,00	Itau IB Active Fix (aplic.15/05/15)	7.540	0,89		
LFT - Letra Financeira do Tesouro	27.618	3,24					
<b>Título Privados</b>	<b>96.269</b>	<b>11,31</b>					
CDB - Certificado Depósito Bancário	16.476	1,94					
BTG - Pactual	16.476	1,94					
LF - Letra Financeira	48.753	5,73					
Bco Safra	21.353	2,51					
Bco BBM	1.389	0,16					
Bco PAN	6.670	0,78					
Bco BTG	19.342	2,27					
Debênture não Conversível em Ações	22.962	2,70					
CRB	22.095	2,60					
BR Malls	868	0,10					
CRI - Certificados de Recebíveis Imobiliários	8.077	0,95					
Wtorres PIC II	8.077	0,95					
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>23.357</b>	<b>2,74</b>	<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>40.189</b>	<b>4,72</b>	<b>63.546</b>	<b>7,46</b>
Mercado de Ações	23.357	2,74	<b>FIA/FICFIA - Fundo de Invest. em Ações</b>	<b>40.189</b>	<b>4,72</b>		
			BBM Valuation	13.776	1,62		
			BRZ Valor	6.818	0,80		
			QUEST Ações Instit.	2.136	0,25		
			QUEST Small	4.498	0,53		
			Gavea Ações	4.862	0,57		
			Guepardo	3.024	0,36		
			BTG ABSOL INST FIA (aplic. 03/03/15)	5.075	0,60		
			<b>INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS</b>	<b>25.385</b>	<b>2,98</b>	<b>25.385</b>	<b>2,98</b>
			<b>FI Empresas Emergentes</b>	<b>1.492</b>	<b>0,18</b>		
			Rio Bravo NE II	1.492	0,18		
			<b>FI Participações</b>	<b>6.170</b>	<b>0,72</b>		
			FIP MALBEC (Aplicação 25.08.14)	6.170	0,72		
			<b>FI Multimercado</b>	<b>17.723</b>	<b>2,08</b>		
			BBM Equity Hedge I	1.859	0,22		
			Brasil Plural 30	3.489	0,41		
			Brasil Plural Equity Hedge	3.795	0,45		
			Bozano Quant FIM (aplic. 15/05/15)	8.580	1,01		
			<b>INVESTIMENTOS NO EXTERIOR</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS</b>	<b>47.625</b>	<b>5,59</b>				<b>47.625</b>	<b>5,59</b>
<b>EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES</b>	<b>10.935</b>	<b>1,28</b>				<b>10.935</b>	<b>1,28</b>
<b>OUTROS INVESTIMENTOS (Bloqueio judicial)</b>	<b>13</b>	<b>0,00</b>				<b>13</b>	<b>0,00</b>
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS / RECURSAIS</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>				<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL DE GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>759.189</b>	<b>89,17</b>	<b>TOTAL DE GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>92.231</b>	<b>10,83</b>	<b>851.420</b>	<b>100,00</b>

# CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Abaixo, destacamos os custos incorridos com a gestão própria de investimentos.

Os custos com a gestão interna dos investimentos somaram R\$ 3.248 mil. As despesas administrativas são relativas ao rateio dos custos com a estrutura interna da fundação, destinada a gerir, administrar e controlar os investimentos do plano. Já as despesas com taxas de custódia, Cetip, Selic e CBLC são decorrentes de exigência legal de mantermos os registros dos títulos e valores mobiliários de cada plano em contas individualizadas.

IDENTIFICAÇÃO	PLANO BD	
	R\$ Mil	Participação %
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>3.248</b>	<b>100,00</b>
Despesas administrativas de investimentos	2.512	77,33
Taxa de Custódia	91	2,81
Taxa CETIP	26	0,79
Taxa Selic	16	0,50
Taxa CBLC	1	0,04
Ações Mercado à Vista (Liq/Em ol/Corret)	14	0,44
Taxa de Administração Imóveis	11	0,34
Despesas Diretas de Imóveis	526	16,19
Reavaliação de imóveis	3	0,09
IOF Fundos	48	1,47

As negociações de ações, no mercado à vista, geram despesas de taxa de liquidação, emolumentos e taxa de corretagem, esta, paga à corretora, cujo desconto negociado pela ECOS é de 90%.

Os custos na carteira de imóveis decorrem de despesas com IPTU, ITIV, custas cartoriais, taxas de corretagem e taxas de administração (imóveis localizados em shopping centers), reavaliação, além de despesas inerentes a reformas e manutenção.

Quanto à gestão terceirizada, são cobradas taxas de administração e performance que variam de acordo com gestor, fundo, prazo, segmento, dentre outros aspectos. Os fundos de investimentos de renda fixa têm taxa de administração média de 0,4% ao ano, os fundos de renda variável 2% ao ano mais taxa de performance (sucesso) de 20% sobre o excedente da variação do IBOVESPA, enquanto que nos fundos de investimento estruturado a taxa de administração média é de 2% ao ano e a taxa de performance é de 20% sobre o que variar acima do CDI. Essas taxas de performance são cobradas semestralmente. As rentabilidades indicadas nos quadros anteriores são sempre líquidas das despesas.

# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Apresentamos as informações da Política de Investimentos do **Plano ECOS de Benefício Definido**, com vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020.

PLANO DE BENEFÍCIOS		TAXA MÍNIMA ATUARIAL		
CNPB: <b>19.830.002-56</b>	Tipo de Plano: <b>Benefício Definido</b>	Período de Referência: <b>Jan/2016 a Dez/2016</b>	Indexador: <b>INPC</b>	Taxa de Juros: <b>4,75% ao ano</b>

## APROVAÇÃO / RESPONSÁVEL

### Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Reunião: nº 237

Data: 21 de dezembro de 2015

### Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

**Nome:** Tiago Novaes Villas-Bôas

**CPF:** 616.089.985-68

**Cargo:** Diretor Administrativo / Financeiro

## CONTROLE DE RISCOS

A Fundação ECOS monitora/controla os riscos abaixo, através da manutenção de uma estrutura interna adequada para tomada das decisões, da prestação de serviço de empresas de consultoria, custódia centralizada e/ou sistemas de controles internos:

<b>Risco de Governança</b>	Ter uma estrutura adequada de gestão que atenda às necessidades e especificidades do plano. A estrutura organizacional da Fundação ECOS compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões de investimentos: Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Comitê de Investimentos.
<b>Risco Atuarial</b>	Risco de crescimento das obrigações do plano em ritmo maior que o previsto para o crescimento dos recursos garantidores. Para mitigar tal risco utilizamos o estudo de ALM (Asset Liability Management).
<b>Risco de Mercado</b>	Financeiro – Possíveis perdas decorrentes das oscilações dos preços dos ativos (variação de taxas de juros, câmbio, índices de preços, preços de ações, etc.).
<b>Risco de Crédito/Contraparte</b>	Financeiro – Capacidade da instituição de cumprir seus pagamentos (obrigações). Monitorado por empresas classificadoras de “rating” e acompanhado pela consultora de riscos.
<b>Risco de Liquidez</b>	Financeiro - Disponibilidade financeira para pagamentos de suas obrigações.
<b>Risco de Terceirização</b>	Financeiro – Na terceirização parcial da administração dos recursos, delegamos determinadas responsabilidades a terceiros. A Fundação tem um modelo próprio de seleção e avaliação dos prestadores de serviços e gestores externos.
<b>Risco legal</b>	Cumprimento da legislação vigente e normas internas
<b>Risco Operacional</b>	Não financeiro – Identificação de pontos vulneráveis nos processos internos, que possam acarretar algum prejuízo de qualquer natureza.
<b>Risco Sistêmico</b>	Possibilidade do sistema financeiro ser contaminado por eventos de crise. De difícil gerenciamento, mas reduzido diante de uma alocação de recursos bem diversificada.
<b>Possui modelo proprietário de risco?</b>	A fundação tem um consultor de riscos, que acompanha mensalmente os investimentos do plano. No entanto, os processos de investimentos já contemplam vários controles e monitoramento.
<b>Realiza estudo de ALM?</b>	Sim. Último estudo em out/2014.
<b>Realiza o apreçamento de ativos financeiros?</b>	Sim. O agente custodiante (Itaú Unibanco) é o responsável pelo apreçamento dos ativos que compõem as carteiras dos planos, sempre de acordo com as melhores práticas de mercado e da legislação vigente. A Fundação ECOS acompanha e monitora este apreçamento.

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
<b>Renda Fixa</b>	75	90	82,10
<b>Renda Variável</b>	4	12	4,23
<b>Imóveis</b>	4	8	6,21
<b>Empréstimos</b>	1	2	1,28
<b>Investimento Estruturado</b>	1	5	4,19
<b>Investimento no Exterior</b>	0	2	1,99

<b>Derivativos</b>	Permitido, exclusivamente, para proteção, na carteira própria. Nos fundos, conforme legislação vigente.
<b>Avaliação prévia de riscos?</b>	Sim. Na aquisição ou na venda de qualquer ativo os riscos são avaliados e sempre submetidos ao Comitê de Investimentos e, quando necessário, submetidos também ao Conselho Deliberativo.
<b>Existência de sistemas de controles internos?</b>	Sim. Além de ter os ativos registrados em custódia centralizada e individualizada por plano, a Fundação utiliza também de sistema interno, que faz um controle paralelo, inclusive no intuito de checar informações e preços informados pelo custodiante.
<b>Observação de princípios sócio-ambientais?</b>	Os princípios sócio-ambientais são observados sempre que possível, no entanto a Fundação não aderiu a nenhum protocolo.

## ALOCAÇÃO POR EMISSOR

Emissor	Máximo %
Tesouro Nacional	100
Instituição Financeira	20
Tesouro Estadual ou Municipal	
Companhia Aberta com registro na CVM	10
Organismo multilateral	10
Companhia securitizadora	10
Patrocinador do Plano de Benefício	
FIDC/FICFIDC	10
Fundos de índice referenciado em cesta de ações de Cia aberta	10
Sociedade de Propósito Específico - SPE	10
FI-FICFI classificado no segmento de investimentos estruturados	10
<i>Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792.</i>	

## CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR

	Máximo %
% do Capital Votante de uma mesma Cia aberta	25
% do Capital Total de uma mesma Cia aberta ou SPE	25
% do PL de uma mesma instituição financeira	25
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia aberta	25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimento estruturados	25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimento no exterior	25
% do PL de fundo de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil	25
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário	25
<i>Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792.</i>	

## CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO

Investimento	Máximo %
% de uma série de títulos ou valores mobiliários	25
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25

*Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792*

## GESTÃO DE RECURSOS

**Tipo:** administração dos recursos **MISTA (interna – carteira própria e externa – fundo de investimento do tipo condomínio aberto ou fechado).**

## RENTABILIDADE

Plano / Segmento	Benchmark (índice de referência)	Expectativa Rentabilidade p/ 2016 %
PLANO	INPC + 4,75% ao ano	10,61
Renda Fixa	INPC + 5,00% ao ano	10,87
Renda Variável	IBOVESPA	15,50
Imóveis	INPC + 5,00% ao ano	11,14
Empréstimos	INPC + 4,85% ao ano	10,18
Investimento Estruturado	120% CDI	10,87
Investimento no Exterior	MSCI + Variação Cambial	10,71

## OBSERVAÇÕES

- Cenário base 2015: Selic 13,00%, INPC 5,59%, CDI 12,95%, Ibovespa 15,50%, MSCI+variação cambial 10,25%.
- Cálculo de rentabilidade pelo método da TIR Bruta. O método de rentabilidade da TIR (taxa interna de retorno) é a taxa de juros que igual o valor presente das entradas com o das saídas do caixa, ou seja, a TIR é a taxa de desconto que produz um VPL (valor presente líquido) igual a zero. Considerando que os valores de caixa ocorrem em diferentes momentos, o método da TIR, como leva em consideração o valor do dinheiro no tempo, expressa a rentabilidade do fluxo de caixa.
- Estudo de ALM: gerenciamento de ativos e passivos. Este estudo procura determinar a alocação estratégica dos recursos de acordo com o fluxo das obrigações futuras do plano. A alocação alvo e as expectativas de rentabilidade foram baseadas no estudo de ALM efetuado em out/2014.
- Exposição a crédito privado: (i) aplicações em ativos de instituições financeiras, quando não garantidas pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito), só permitida para bancos com patrimônio líquido superior a R\$500 milhões e alguns outros índices mínimos Riskbank; (ii) permitido alocação de até 10% em ativos considerados “grau especulativo” dentro da carteira própria, desde que sejam ativos com garantia do FGC; (iii) permitido alocação de até 1% em ativos considerados “grau especulativo”, através de fundos de investimentos.
- A íntegra da Política de Investimentos está disponível no site da Fundação ECOS [www.fundacaoecos.org.br](http://www.fundacaoecos.org.br) em PLANOS - PLANO BD.
- Dúvidas podem ser retiradas através da nossa Central de Atendimento 0800 721 2600.



*“Nada é para sempre, dizemos, mas há momento que parecem ficar suspensos pairando sobre fluir inexorável do tempo.”*  
*José Saramago*

# PARECER ATUARIAL

ECOS – Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A – ECOS  
Plano de Benefícios Previdenciários da ECOS - CNPB nº 1983.0002-56

## Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2015

### 1. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano de Benefícios Previdenciários da ECOS, doravante Plano ECOS, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse plano, registradas no Balancete de encerramento do exercício de 2015, foram determinadas a partir dos resultados da Avaliação Atuarial de 31.12.2015, elaborada por esta consultoria, e seus valores correspondem aos indicados no quadro abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano ECOS, em 31.12.2015, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 08/2011:

		Valores em R\$
<b>2.3.</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>845.349.150,03</b>
<b>2.3.1</b>	<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>833.935.239,92</b>
<b>2.3.1.1</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>670.301.984,20</b>
<b>2.3.1.1.01.00.00</b>	<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>607.355.154,64</b>
2.3.1.1.01.02.00	BEN. DEF. ESTRUTURADO EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO	607.355.154,64
2.3.1.1.01.02.01	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. PROGR. – ASSISTIDOS	375.726.792,94
2.3.1.1.01.02.02	VALOR ATUAL DOS BEN. FUT. NÃO PROGR. – ASSISTIDOS	231.628.361,70
<b>2.3.1.1.02.00.00</b>	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>62.946.829,56</b>
2.3.1.1.02.02.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO PROGR.	52.402.944,31
2.3.1.1.02.02.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS PROGRAMADOS	55.873.714,02
2.3.1.1.02.02.02 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(1.461.169,03)
2.3.1.1.02.02.03 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(2.009.600,68)
2.3.1.1.02.03.00	BEN. DEF. ESTRUT. EM REGIME DE CAPITALIZAÇÃO NÃO PROGR.	10.543.885,25
2.3.1.1.02.03.01	VALOR ATUAL DOS BENEFÍCIOS FUTUROS NÃO PROGRAMADOS	11.242.231,46
2.3.1.1.02.03.02 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PATROC.	(293.998,72)
2.3.1.1.02.03.03 (-)	VALOR ATUAL DAS CONTRIBUIÇÕES FUT. DOS PARTIC.	(404.347,49)
<b>2.3.1.1.03.00.00 (-)</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.2.00.00.00</b>	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>163.633.255,72</b>
<b>2.3.1.2.01.00.00</b>	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>163.633.255,72</b>
<b>2.3.1.2.01.01.00</b>	<b>SUPERÁVIT TÉCNICO ACUMULADO</b>	<b>163.633.255,72</b>
2.3.1.2.01.01.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	163.633.255,72
2.3.1.2.01.01.02	RESERVA ESPECIAL PARA REVISÃO DO PLANO	0,00
<b>2.3.1.2.01.02.00 (-)</b>	<b>DÉFICIT TÉCNICO ACUMULADO</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.2.02.00.00</b>	<b>RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.2.0.00.00.00</b>	<b>FUNDOS</b>	<b>11.413.910,11</b>
2.3.2.1.00.00.00	FUNDOS PREVIDENCIAIS	8.315.421,04
2.3.2.2.00.00.00	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	91.754,15
2.3.2.3.00.00.00	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	3.006.734,92

A Avaliação Atuarial de 2015 foi desenvolvida considerando:

- O Regulamento do Plano ECOS, cuja última alteração foi aprovada em 24.01.2013;
- As informações cadastrais de participantes vinculados aos patrocinadores, abrangidos pelo Plano ECOS em dezembro/2015, recebidas via correio eletrônico de 08/01/2016;
- As informações cadastrais de assistidos, abrangidos pelo Plano ECOS em dezembro/2015, recebidas via correio eletrônico de 08/01/2016 e retificada em 11/01/2016;
- Os demonstrativos contábeis de 2015 do Plano ECOS, recebidos via correio eletrônico em 16/12/2015, 22/12/2015 e 22/01/2016;
- as premissas, hipóteses, regimes financeiros e métodos atuariais geralmente aceitos, observando-se a legislação vigente, às características da massa abrangida na avaliação e o regulamento do plano de benefícios avaliado.

---

## 2. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

---

### **2.1. Hipóteses**

Entre as hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial de 2015, destacam-se as indicadas a seguir:

#### **2.1.1. Hipóteses Econômicas e Financeiras**

- Taxa real de juro atuarial: 4,75% a.a.;
- Indexador Econômico do plano: Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
- Crescimento real anual de salários: 2,00%a.a.

#### **2.1.2. Hipóteses Biométricas**

- Mortalidade Geral: AT 2000 Basic segregada por sexo;
- Entrada em Invalidez: IAPB 57 Fraca agravada em 70%;
- Mortalidade de Inválidos: AT 49 agravada em 100%;

#### **2.1.3. Outras Hipóteses**

- Composição familiar do participante ativo: Função de Hx (encargo médio de herdeiros por morte de participantes de idade x Experiência STEA);
- Composição familiar do participante assistido: Função de Hx (encargo médio de herdeiros por morte de participantes de idade x Experiência STEA);
- Composição familiar do pensionista: Família Real.

#### **2.1.4. Adequação das Hipóteses**

As hipóteses adotadas na avaliação atuarial de 2015 foram determinadas de acordo com a legislação vigente, observando-se os dados estatísticos atualizados encaminhados pela ECOS à Rodarte Nogueira.

Consoante o que determinam a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006, as Resoluções CNPC nº 09/2012 e nº 15/2014, a Instrução Previc nº 23/2015, e as boas práticas atuariais, cabe informar que:

- A taxa real de juro atuarial foi mantida em 4,75%a.a., acompanhando a recomendação do estudo técnico de adequação e aderência da hipótese de taxa de juros atuarial utilizada no desconto a valor presente das obrigações atuariais do Plano ECOS (Relatório RN/ECOS nº 004/2015, de 09.12.2015). A referida taxa encontra-se dentro do intervalo da taxa parâmetro de 3,62% a 5,56%, estabelecido pela Portaria nº197/2015 para a duração do passivo do plano (7,67 anos).
- Como resultado do Estudo de Adequação das Hipóteses Atuariais do Plano de Benefícios Definido da ECOS, atualizado em 2015 pelo Relatório RN/ECOS nº 003/2015, de 06.11.2015, as hipóteses biométricas foram mantidas para a avaliação atuarial de 2015.
- No que tange à hipótese de projeção de crescimento real anual de salários o mencionado estudo de adequação de hipóteses ainda registra descolamento entre a hipótese adotada e a obtida com base nas distribuições etário-salariais dos últimos anos. A respeito dessa divergência, a entidade ressaltou anteriormente que parte das variações salariais observadas decorrem da volatilidade nos salários com o pagamento de horas extras. Não obstante, pelo ofício DIREX 04/2016, informou que irá realizar estudos de verificação desta premissa em 2016.

- O uso do Encargo médio – Hx (Experiência STEA) na composição familiar para previsão dos pagamentos de benefícios de pensão foi mantido.

## **2.2 . Regimes Financeiros e Métodos Atuariais**

Quanto aos Regimes Financeiros e Métodos Atuariais, manteve-se para essa avaliação o Regime de Capitalização e o Método Agregado para financiamento de todos os benefícios.

## **3. Plano de Custeio**

Ante o superávit apurado, deverá ser mantido para 2016 o Plano de Custeio de 2015, o qual prevê o recolhimento de contribuições mensais de participantes, assistidos e patrocinadores, na forma estabelecida a seguir.

### **3.1. Participantes Ativos**

Os participantes ativos efetuam contribuição mensal para o plano, obtida a partir de percentuais aplicados sobre parcelas do seu salário de participação – SP1. Desde 2012, o plano de custeio estabelece os seguintes percentuais de contribuição:

<b>Bases de Cálculo</b>	<b>Taxa (%) de Contribuição Normal</b>
Salário-de-Participação	Variável de 1,09% a 2,18% <sup>1</sup>
Salário-de-Participação – (TP <sup>2</sup> / 2)	1,46%
Salário-de-Participação – TP	5,12%
Salário-de-Participação – (3 x TP)	1,09%

<sup>1</sup> Esse percentual é definido em função da idade de inscrição do participante no plano, limitada a 48 anos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Percentual} = 1,09\% + 1,09\% \text{ mínimo } \left\{ \frac{\max[\text{Idade na inscrição} - 18; 0]}{30}; 1 \right\};$$

<sup>2</sup> TP é o Teto do salário-de-benefício Previdencial.

<sup>3</sup> Total das parcelas da remuneração paga pela patrocinadora, que seriam objeto de desconto para o RGPS, caso não existisse limite superior de contribuição.

### **3.2. Participantes Autopatrocinados**

Os autopatrocinados deverão recolher ao plano além das suas contribuições, calculadas mediante aplicação sobre o salário-de-participação das taxas contributivas fixadas no plano de custeio para os participantes ativos, as correspondentes contribuições que seriam de responsabilidade da Patrocinadora à qual estavam vinculados, incluindo a contribuição para a cobertura das despesas administrativas.

### **3.3. Assistidos**

O plano de custeio vigente estabelece a isenção de contribuição mensal para os participantes assistidos.

### **3.4. Patrocinadoras**

As patrocinadoras efetuam contribuição normal equivalente a 6,005% da folha bruta de todos os participantes ativos. Para o custeio administrativo é prevista a destinação de 15% das contribuições vertidas.

## **4. Situação Econômico-Financeira do Plano**

O confronto das Provisões Matemáticas reavaliadas com o Patrimônio de Cobertura do Plano constituído em 31.12.2015, data-base da avaliação atuarial, revela superávit técnico de 24,41% dessas provisões ou de 19,62% desse Patrimônio. Em 31.12.2015, a alocação do superávit do plano em Reserva de Contingência e Reserva Especial para Revisão do Plano deverá seguir o que determina a nova redação do art. 7º da Resolução CGPC nº 26/2008, alterada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de novembro/2015:

*Art. 7º O resultado superavitário do plano de benefícios será destinado à constituição de reserva de contingência para garantia dos benefícios contratados, em face de eventos futuros e incertos, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor das provisões matemáticas ou até o limite calculado pela seguinte fórmula, o que for menor:  
Limite Reserva de Contingência = [10% + (1% x duração do passivo do plano)] x PM.*

Assim, para a duração do Passivo do Plano Ecos apurado nessa avaliação (7,99 anos), o superávit técnico de 24,41% das Provisões Matemáticas em 31.12.2015 deve ser assim registrado: 17,99% das Provisões Matemáticas em Reserva de Contingência (R\$ 120.587.327,00) e 6,42% em Reserva Especial para Revisão do Plano (R\$ 43.045.929,00).

Ainda conforme determina a referida Resolução, para fins de cálculo do montante a ser efetivamente destinado à Revisão do Plano, deverá ser deduzida da Reserva Especial para Revisão do Plano o montante negativo de Ajuste de Precificação do Ativo e a importância correspondente à diferença entre as Provisões Matemáticas dessa avaliação e aquelas calculadas considerando, para medir a sobrevivência válida, a tábua AT 2000 Basic Suavizada em 10% e a taxa de juros atuarial de 4,56% a.a. (taxa máxima de juros real estabelecida pela Portaria Previc nº 197/2015 para a duração do Passivo do Plano de 7,7 anos, registrado na Demonstração Atuarial de 2014, reduzida em um ponto percentual taxa).

Visto que o Plano ECOS não apresenta valor negativo de ajuste de precificação de Ativo, dimensionamos em R\$ 11.617.053,00 a parcela da Reserva Especial p/ Revisão do Plano (R\$ 43.045.929,00) passível de destinação em 2016, após a dedução do montante de R\$ 31.428.876,00, correspondente à diferença entre as provisões matemáticas avaliadas com base nos parâmetros mínimos da legislação (R\$ 701.730.859,79) e as provisões matemáticas contabilizadas em 31.12.2015 (R\$ 670.301.984,00).

Conforme informado pela entidade, o montante distribuído em 02/2016, ora avaliado em R\$ 11.617.053,00, seja destinado exclusivamente aos participantes e assistidos do plano, conforme procedimento adotado nas distribuições de superávit em anos anteriores, avaliamos, com base nas folhas de benefícios dos atuais assistidos (R\$ 4.858.998,21) e dos benefícios projetados dos participantes ativos (R\$ 456.056,09) que poderão ser pagos, a cada assistido, 2 benefícios extras e a cada participante ativo e autopatrocinado o cômputo do valor correspondente a 2 benefícios projetados a ser utilizado para abater as contribuições futuras e o valor residual pago quando fizer jus a benefício pelo plano.

A respeito da evolução da situação econômico-financeira do Plano ECOS, observa-se que o superávit técnico registrado em 31.12.2015, no valor de R\$ 163.633.255,72 (24,41% das Provisões Matemáticas), é ligeiramente superior, em termos monetário, ao apurado em 31.12.2014 no valor de R\$ 163.049.836,81 (26,61% das Provisões Matemáticas), mas quando se analisa os resultados expressos em percentual das respectivas provisões matemáticas nota-se a redução real do superávit, demonstrando que as perdas suplantaram os ganhos atuariais no período.

Não foi identificado ganho atuarial relevante, mas como perda relevante tem-se o desempenho financeiro do plano em 2015 que, em razão da crise econômica, não atingiu o mínimo atuarial esperado, com perda estimada de 0,987% do patrimônio do plano, cerca de R\$ 9 milhões.

Ante o superávit apurado, deverá ser mantido para 2016 o Plano de Custeio de 2015, o qual prevê o recolhimento de contribuições mensais de participantes, assistidos e patrocinadores, na forma estabelecida no item 3.

O Plano BD ECOS tem patrimônio independente e não é solidário com nenhum outro plano administrado pela ECOS - Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 18 de março de 2016

Rodarte Nogueira - Consultoria em Estatística e Atuária - CIBA nº 070

  
Yara Oliveira Souza  
Suporte Técnico Atuarial  
MIBA/MTE nº 2.675

  
Cássia Maria Nogueira  
Responsável Técnico Atuarial  
MIBA/MTE nº 1.049





## PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

*“Hoje, neste tempo que é seu, o futuro está sendo plantado. As escolhas que você procura, os amigos que você cultiva, as leituras que você faz, os valores que você abraça, os amores que você ama, tudo será determinante para a colheita futura.”*

*Padre Fábio de Melo*

## QUADRO DE PARTICIPANTES

Patrocinadoras	Dez/2015	Dez/2014
Aratu Seguros	3	3
CIA de Citricos do Brasil CCB	2	2
CST Expansão Urbana	3	4
Econômico Agro Pastoril	18	17
Fazendas Reunidas Sta. Maria	29	32
Fundação ECOS	5	6
Fundação Miguel Calmon	3	1
Refrigerantes da Bahia	3	4
Autopatrocinados	6	7
<b>TOTAL</b>	<b>72</b>	<b>76</b>

## GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Conforme determina a Política de Investimentos do plano, seus investimentos podem ser alocados nos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados. Entretanto, os recursos foram alocados, exclusivamente, nos segmentos de renda fixa e renda variável.

As alocações priorizam investimentos com liquidez diária, no entanto, com o intuito de agregar rentabilidade ao segmento, a Política de Investimentos permite que parte dos ativos aplicados no segmento, exclusivamente títulos públicos federais, considerados como baixo risco de crédito, sejam precificados “na curva”. A adoção desta política tem agregado boa rentabilidade à carteira.

No quadro abaixo, detalhamos as rentabilidades dos investimentos por segmento e consolidada, comparadas aos respectivos *benchmarks* (índices de referência).

PLANO CD	Rentabilidade (TIR Bruta)			Total dos Investimentos		Limite Máximo R.3792 %	Limite Máximo PI %
	Segmento / Emissor / Ativo	2015 %	24 meses %	36 meses %	Valor R\$ 1		
<b>RENDA FIXA</b>							
TIR Bruta	14,93	29,05	38,24				
Variação Cota (rentab. líquida)	<b>14,07</b>	<b>26,96</b>	<b>33,91</b>	2.761.805	87,10	100	100
Benchmark = 100% CDI	13,26	25,52	35,64				
<b>RENDA VARIÁVEL</b>							
TIR Bruta	<b>-8,07</b>	<b>-12,51</b>	-13,00	<b>407.127</b>	<b>12,84</b>	<b>70</b>	<b>50</b>
Variação Cota (rent. líquida)	<b>-10,38</b>	<b>-15,89</b>	<b>-18,01</b>				
Benchmark = IBOVESPA	<b>-13,31</b>	<b>-15,84</b>	<b>-28,88</b>				
<b>TOTAL INVESTIMENTOS</b>	<b>10,80</b>	<b>20,31</b>	<b>26,75</b>	<b>3.168.932</b>	<b>99,94</b>	<b>/</b>	<b>/</b>
<b>Disponível</b>				<b>3.180</b>			
<b>Exigível de Investimentos</b>				<b>(1.178)</b>			
<b>TOTAL RECURSOS GARANTIDORES (R.G.)</b>	<b>/</b>	<b>/</b>	<b>/</b>	<b>3.170.934</b>	<b>100</b>		

## RENDA FIXA

Conforme foi exposto acima, a mudança de precificação vem agregando, desde 2014, melhor rentabilidade ao segmento, que fechou o ano com ganho de 14,93%, enquanto seu *benchmark* (100% do CDI) apresentou variação de 13,26%, ou seja, a rentabilidade do segmento foi equivalente a 112,6% do CDI.

## RENDA VARIÁVEL

A bolsa brasileira teve mais um ano de alta volatilidade devido a vários fatores já mencionados anteriormente. O resultado da carteira foi -8,07% versus o *benchmark* (Ibovespa) de -13,31%. Tanto a carteira própria quanto os fundos de investimentos encerraram o ano com resultados negativos: -3,65% e -11,98%, respectivamente, mas acima do *benchmark*.

## DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

O quadro abaixo demonstra as alocações em cada segmento e modalidade de aplicação em relação ao total dos recursos garantidores do plano, assim como mostra as rentabilidades e os resultados dos respectivos *benchmarks* (índices de referência).

Posição de Investimentos - Resolução CMN nº 3792/ Política de investimentos

Segmento/Ativos	Limite de Alocação		Posição em 31/12/2015				Posição em 31/12/2014	
	Limite Res. 3792 %	Limite P.I %	R\$ 1	Part.% s/R.G	TIR Bruta Ano %	Benchmark PI Ano %	R\$ 1	Part.% s/R.G
<b>RENDA FIXA</b>	100	100	<b>2.761.805</b>	<b>87,10</b>	<b>14,93</b>	<b>13,26</b>	<b>2.072.014</b>	<b>81,69</b>
<b>Título Público Federal</b>	100	20	<b>902.847</b>	<b>28,47</b>	<b>16,85</b>		<b>343.741</b>	<b>13,55</b>
<b>Título de Instituições Financeiras</b>	80	80	<b>935.789</b>	<b>29,51</b>	14,74		<b>815.555</b>	<b>32,15</b>
CDB			935.789	29,51	14,74		815.555	32,15
<b>Fundos de Investimentos</b>			923.168	29,11	13,25		912.718	35,98
FICRF Institucional			284.655	8,98	12,12		89.340	3,52
FIFRF institucional			437.947	13,81	13,55		655.403	25,84
FIMM Institucional			200.567	6,33	14,16		167.976	6,62
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	70	50	<b>407.127</b>	<b>12,84</b>	<b>-8,07</b>	<b>-13,30</b>	<b>462.686</b>	<b>18,24</b>
<b>Ações</b>			<b>197.059</b>	<b>6,21</b>	<b>-3,65</b>		240.224	9,47
<b>Fundos de Ações</b>	35		210.067	6,62	<b>-11,98</b>		222.462	8,77
BBM VALUATION IIFICA			59.504	1,88	<b>-8,39</b>		49.509	1,95
BRAZ Valor FICFIA			33.059	1,04	<b>-0,27</b>		45.789	1,81
GUEPARDO IN 60 FICFIA			30.737	0,97	<b>-36,23</b>		48.202	1,90
QUEST Ações FICFIA			41.261	1,43	<b>-9,55</b>		34.586	1,36
QUEST Small Caps FICFIA			45.506	1,31	<b>-6,47</b>		44.376	1,75
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>			<b>3.168.932</b>	<b>100,00</b>	<b>10,80</b>		<b>2.534.700</b>	<b>100,00</b>
Disponível			3.180				2.894	
Exigível de Investimentos			(1.178)				(1.132)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (R.G)</b>			<b>3.170.934</b>	<b>100,00</b>			<b>2.536.462</b>	<b>100,00</b>

Lembramos que a alocação dos recursos é efetivada de acordo com a escolha de perfil feita pelos participantes, que podem optar que a Ecos direcione 30%, 40% ou 50% do saldo da conta de participante para o perfil renda variável, ou seja, na “carteira arrojada”, sujeita a maior variação dos preços no mercado.

Vale ressaltar que, de acordo com o item 7.3 do regulamento, o Saldo de Conta Total do Participante será automática e obrigatoriamente alocado no perfil de investimentos mais conservador, dentre aqueles fixados na Política de Investimentos, durante o período de cinco anos que anteceder a data em que o Participante implementará todas as condições para elegibilidade ao Benefício de Aposentadoria.

Quanto aos veículos de gestão, na posição de encerramento do ano, 64,25% dos recursos do plano estavam sob gestão interna e 35,76% sob gestão terceirizada, através de fundos de investimentos de condomínio aberto.

MODALIDADES DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA GESTÃO						Posição em 31/12/2015	
GESTÃO PRÓPRIA (A)			GESTÃO TERCEIRIZADA (B)			TOTAL DOS INVESTIMENTOS (A+B)	
MODALIDADES	Em R\$1	Participação (%)	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	Em R\$1	Participação (%)	Em R\$1	Participação (%)
<b>RENDA FIXA</b>	<b>1.838.636</b>	<b>58,02</b>	<b>RENDA FIXA</b>	<b>923.168</b>	<b>29,13</b>	<b>2.761.805</b>	<b>87,15</b>
<b>Título Público Federal</b>	<b>902.847</b>	<b>28,49</b>	<b>FICFI RF Institucional</b>	<b>284.655</b>	<b>8,98</b>		
NTN-B-Nota do Tesouro Nacional-série B	670.898	21,17	Itaú Inflations RFFI	144.913	4,57		
NTN-F-Nota do Tesouro Nacional-série F	107.322	3,39	Safra IMAQ FIQ RF	139.742	4,41		
LTN	124.628	3,93	<b>FI RF Institucional</b>	<b>437.947</b>	<b>13,82</b>		
<b>Títulos Privados</b>	<b>935.789</b>	<b>29,53</b>	Sulamérica Excellence CP	60.602	1,91		
CDB - Certificado Depósito Bancário	935.789	29,53	Votorantim Instit. CP	73.985	2,33		
Bco PAN	126.130	3,98	HSBC Performance CP	303.360	9,57		
Bco BBM	190.966	6,03	<b>FI MM Institucional</b>	<b>200.567</b>	<b>6,33</b>		
Bco PINE (aplic. 08/05/14)	186.320	5,88	FIMM Plural Institucional	107.800	3,40		
Bco DAYCOVAL (aplic. 12/05/14)	185.707	5,86	Active Fix IB FIMM	92.767	2,93		
Bco BANIF (aplic. 22/05/14)	246.666	7,78					
<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>197.059</b>	<b>6,22</b>	<b>RENDA VARIÁVEL</b>	<b>210.067</b>	<b>6,63</b>	<b>407.127</b>	<b>12,85</b>
Mercado de Ações	197.059	6,22	<b>FICFIA - Fundo de Investimentos em Ações</b>	<b>210.067</b>	<b>6,63</b>		
			BBM VALUATION IIFICA	59.504	1,88		
			BRZ Valor	33.059	1,04		
			QUEST Ações Instit.	45.261	1,43		
			QUEST SMALL CAPS FICFIA	41.506	1,31		
			GUEPARDO IN 60 FICFIA	30.737	0,97		
<b>TOTAL DE GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>2.035.696</b>	<b>64,24</b>	<b>TOTAL DE GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>1.133.236</b>	<b>35,76</b>	<b>3.168.932</b>	<b>100,00</b>

# CUSTOS COM GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Para gerir, administrar e controlar os recursos do plano, os custos incorridos com gestão interna (própria) estão discriminados no quadro a seguir.

Os custos com a gestão interna dos investimentos foram de R\$ 14.163. Assim como no plano BD, as despesas administrativas são relativas ao rateio dos custos com a estrutura interna da fundação, destinada a gerir, administrar e controlar os investimentos do plano. As despesas com taxas de custódia, Cetip e CBLC são uma exigência legal.

As negociações de compra ou venda de ações geram alguns custos, conforme tabela da BMF&Bovespa, que são tarifa de liquidação e emolumentos, além da taxa de corretagem, cobrada por corretoras, sendo que a ECOS tem desconto 90% sobre esta taxa.

Identificação	PLANO CD	
	R\$	Participação %
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	14.688	100,00
Despesas administrativas de investimentos	132	0,90
Taxa de Custódia	337	2,30
Taxa CETIP	13.787	93,87
Taxa CBLC	86	0,59
Ações Mercado à Vista (Liq/Emol/Corret)	239	1,63
IOF Fundos	107	0,73

Assim como no Plano BD, os custos com a gestão tercerizada - taxa de administração e taxa de performance - de acordo com o segmento, são os mesmos.

“Cada segundo é tempo para  
mudar tudo para sempre.  
Charlie Chaplin

# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Apresentamos as informações da Política de Investimentos do **Plano de Contribuição Definida**, com vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS			ÍNDICE DE REFERÊNCIA
CNPB: <b>20.080.021-11</b>	Tipo de Plano: Contribuição Definida	Período de Referência: <b>Jan/2016 a Dez/2016</b>	Indexador / Taxa de Juros <b>Renda Fixa – 100% CDI</b> <b>Renda Variável – Ibovespa</b> <b>Investimento Estruturado – 120% CDI</b>

## APROVAÇÃO / RESPONSÁVEL

Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Reunião: nº 237

Data: 21 de dezembro de 2015

**Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado**

**Nome:** Tiago Novaes Villas-Bôas

**CPF:** 616.089.985-68

**Cargo:** Diretor Administrativo / Financeiro

## CONTROLE DE RISCOS

A Fundação ECOS monitora/controla os riscos abaixo, através da manutenção de uma estrutura interna adequada para tomada das decisões, da prestação de serviço de empresas de consultoria, custódia centralizada e/ou sistemas de controles internos:

<b>Risco de Governança</b>	Ter uma estrutura adequada de gestão que atenda às necessidades e especificidades do plano. A estrutura organizacional da Fundação ECOS compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões de investimentos: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.
<b>Risco de Mercado</b>	Financeiro – Possíveis perdas decorrentes das oscilações dos preços dos ativos (variação de taxas de juros, câmbio, índices de preços, preços de ações, etc.).
<b>Risco de Crédito/ Contraparte</b>	Financeiro – Capacidade da instituição de cumprir seus pagamentos (obrigações). Monitorado por empresas classificadoras de “rating” e acompanhado pela consultora de riscos.
<b>Risco de Liquidez</b>	Financeiro - Disponibilidade financeira para pagamentos de suas obrigações.
<b>Risco de Terceirização</b>	Financeiro – Na terceirização parcial da administração dos recursos, delegamos determinadas responsabilidades a terceiros. A Fundação tem um modelo próprio de seleção e avaliação dos prestadores de serviços e gestores externos.
<b>Risco legal</b>	Cumprimento da legislação vigente e normas internas.
<b>Risco Operacional</b>	Não financeiro – Identificação de pontos vulneráveis nos processos internos, que possam acarretar algum prejuízo de qualquer natureza.
<b>Risco Sistêmico</b>	Possibilidade do sistema financeiro ser contaminado por eventos de crise. De difícil gerenciamento, mas reduzido diante de uma alocação de recursos bem diversificada.
<b>Possui modelo proprietário de risco?</b>	A fundação tem um consultor de riscos, que acompanha mensalmente os investimentos do plano. No entanto, os processos de investimentos já contemplam vários controles e monitoramento.
<b>Realiza estudo de ALM?</b>	Não se aplica a este tipo de plano.
<b>Realiza o apreçamento de ativos financeiros?</b>	Sim. O agente custodiante (Itaú Unibanco) é o responsável pelo apreçamento dos ativos que compõem as carteiras dos planos, sempre de acordo com as melhores práticas de mercado e da legislação vigente. A Fundação ECOS acompanha e monitora este apreçamento.

## ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Segmento	Mínimo %	Máximo %
Renda Fixa	50	100
Renda Variável	0	40
Investimento Estruturado	0	5

<b>Derivativos</b>	Permitido, <b>exclusivamente</b> , para <b>proteção</b> , na carteira própria. Nos fundos, conforme legislação vigente.
<b>Avaliação prévia de riscos?</b>	Sim. Na aquisição ou na venda de qualquer ativo o sriscos são avaliados e sempre submetidos ao Comitê de Investimentos e, quando necessário, submetidos também ao Conselho Deliberativo.
<b>Existência de sistemas de controles internos?</b>	Sim. Além de ter os ativos registrados em custódia centralizada e individualizada por plano, a Fundação utiliza também de sistema interno, que faz um controle paralelo, inclusive no intuito de checar informações e preços informados pelo custodiante.
<b>Observação de princípios sócio-ambientais?</b>	Os princípios sócio-ambientais são observados sempre que possível, no entanto a Fundação não aderiu a nenhum protocolo.

Obs.: A Fundação não possui discricionariedade na determinação do percentual de alocação, que é determinado pelo participante na escolha dos perfis.

## PERFIS DE INVESTIMENTO

Perfil	Segmento	Mínimo %	Máximo %
Conservador	Renda Fixa / Investimento Estruturado (de baixa volatilidade)	0	100
Arrojado - Perfil Renda Variável 30	Renda Variável / Investimento Estruturado	30	30
Arrojado - Perfil Renda Variável 40	Renda Variável / Investimento Estruturado	40	40
Arrojado - Perfil Renda Variável 50	Renda Variável / Investimento Estruturado	50	50

Obs.: O participante escolhe o perfil, para aplicação dos recursos, exclusivamente relativos à conta do participante: (i) Perfil conservador: Composta por ativos enquadrados nos segmentos de renda fixa e investimento estruturado, considerados de baixo risco e com baixa volatilidade de preço; (ii) Perfis com renda variável: alocação de 30% 40% ou 50% na carteira arrojada composta por ativos enquadrados nos segmentos de renda variável e investimento estruturado, sujeitos a alta volatilidade de preço. Os valores mínimos/máximos só são ajustados semestralmente (janeiro e julho), conforme regulamento do Plano. O participante já conta com um simulador, disponível no site da fundação.

## ALOCAÇÃO POR EMISSOR

	Máximo %
Tesouro Nacional	100
Instituição Financeira	20
Tesouro Estadual ou Municipal	
Companhia Aberta com registro na CVM	10
Organismo Multilateral	10
Companhia Securitizadora	10
Patrocinador do Plano de Benefício	
FIDC/FICFIDC	10
Fundos de Índice Referenciado em cesta de ações de Cia aberta	10
Sociedade de Propósito Específico - SPE	10
FI-FICFI classificados no segmento de investimentos estruturados	10

Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792.

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR		Máximo%
% do Capital Votante de uma mesma Cia aberta		25
% do Capital Total de uma mesma Cia aberta ou SPE		25
% do PL de uma mesma instituição financeira		25
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia aberta		25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimento estruturados		25
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimento no exterior		
% do PL de fundo de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil		
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário		25

Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792.

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO		Máximo %
Investimento		
% de uma série de títulos ou valores mobiliários		25
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC		25
% de um mesmo empreendimento imobiliário		

Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792

GESTÃO DE RECURSOS
<b>Tipo:</b> administração dos recursos <b>MISTA (interna – carteira própria e externa – fundo de investimento do tipo condomínio aberto).</b>

RENTABILIDADE		
Plano / Segmento	Benchmark (índice de referência)	Expectativa Rentabilidade p/ 2016 - %
PLANO	INPC + 5,00% ao ano	10,87
Renda Fixa	100% CDI	12,95
Renda Variável	IBOVESPA	15,50
Investimento Estruturado	120% CDI	15,54

OBSERVAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cenário base 2016: Selic 13,00%, INPC 5,59%, CDI 12,95% e Ibovespa 15,50%. Cálculo da rentabilidade consolidada do plano é a TIR bruta. A rentabilidade dos recursos de cada participante vai depender da escolha de perfil de investimentos, sendo que a rentabilidade do perfil é calculada pelo método da cota líquida.</li> <li>• O método de rentabilidade da TIR (taxa interna de retorno) é a taxa de juros que igual o valor presente das entradas com o das saídas do caixa, ou seja, a TIR é a taxa de desconto que produz um VPL (valor presente líquido) igual a zero. O método da TIR, como leva em consideração o valor do dinheiro no tempo, expressa a rentabilidade do fluxo de caixa.</li> <li>• Exposição a crédito privado: (i) aplicações em ativos de instituições financeiras, quando não garantidas pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito), só permitida para bancos com patrimônio líquido superior a R\$500 milhões e alguns outros índices mínimos Riskbank; (ii) permitido alocação de até 10% em ativos considerados “grau especulativo” dentro da carteira própria, desde que sejam ativos com garantia do FGC; (iii) permitido alocação de até 1% em ativos considerados “grau especulativo”, através de fundos de investimentos.</li> <li>• Com relação ao apreçamento, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira serão marcados “a valor de mercado”, podendo marcar “na curva (títulos mantidos até o vencimento)”, exclusivamente, até o limite de 50% do segmento de renda fixa, os títulos públicos federais adquiridos dentro da carteira própria.</li> <li>• A íntegra da Política de Investimentos está disponível no site da Fundação ECOS <a href="http://www.fundacaoecos.org.br">www.fundacaoecos.org.br</a> em PLANOS - PLANO CD.</li> <li>• Dúvidas podem ser retiradas através da nossa Central de Atendimento 0800 721 2600.</li> </ul>

# PARECER ATUARIAL

ECOS – Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A – ECOS  
Plano de Contribuição Definida da ECOS - CNPB nº 2008.0021-11  
**Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2015**

## 1. Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos

O Plano de Contribuição Definida da Ecos, doravante Plano CD ECOS, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Demonstrativo Contábil do exercício de 2015, foram identificadas aos saldos de conta dos participantes e patrocinadora em 31.12.2015, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo, que demonstra a composição do patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano CD ECOS, em 31.12.2015, de acordo com o Plano de Contas previsto na Resolução CNPC nº 08/2011, de 31.10.2011:

Valores em 31.12.2015(R\$)		
<b>2.3</b>	<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	<b>3.209.815,85</b>
<b>2.3.1</b>	<b>PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO</b>	<b>3.209.815,85</b>
<b>2.3.1.1</b>	<b>PROVISÕES MATEMÁTICAS</b>	<b>3.209.815,85</b>
<b>2.3.1.1.01</b>	<b>BENEFÍCIOS CONCEDIDOS</b>	<b>0,00</b>
2.3.1.1.01.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	0,00
2.3.1.1.01.01.01	SALDO DE CONTAS DOS ASSISTIDOS	0,00
<b>2.3.1.1.02</b>	<b>BENEFÍCIOS A CONCEDER</b>	<b>3.081.896,25</b>
2.3.1.1.02.01	CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA	3.081.896,25
2.3.1.1.02.01.01	SALDO DE CONTAS – PARCELA PATROCINADOR(ES)/INSTITUIDOR(ES)	1.097.879,09
2.3.1.1.02.01.02	SALDO DE CONTAS – PARCELA PARTICIPANTES	1.984.017,16
<b>2.3.1.1.03</b>	<b>(-) PROVISÕES MATEMÁTICAS A CONSTITUIR</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.2</b>	<b>EQUILÍBRIO TÉCNICO</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.2.01</b>	<b>RESULTADOS REALIZADOS</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.1.2.02</b>	<b>RESULTADOS A REALIZAR</b>	<b>0,00</b>
<b>2.3.2</b>	<b>FUNDOS</b>	<b>127.919,60</b>
2.3.2.1	FUNDOS PREVIDENCIAIS	102.609,52
2.3.2.2	FUNDOS ADMINISTRATIVOS	25.310,08
2.3.2.3	FUNDOS DOS INVESTIMENTOS	0,00

A Avaliação Atuarial de 2015 foi realizada com base no Regulamento do Plano, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria nº456, de 21.06.2010, publicada no D.O.U em 23.06.2010, e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistidos abrangidos pelo Plano na data-base de 31.12.2015.

## 2. Hipóteses, Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

### 2.1. Hipóteses

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos do plano avaliado. Como os benefícios do Plano CD ECOS são estruturados na modalidade de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições e, após a concessão do benefício, pela dedução dos valores pagos, acrescidas do retorno dos investimentos, não cabendo a utilização de hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

### 2.2. Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios. Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou Financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano de custeio para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado. A estabilidade do custo no caso da adoção de método de Método de Capitalização Individual (ou Financeira) dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

### 3. Plano de Custeio

#### 3.1. Custeio dos Benefícios

O custeio dos benefícios assegurados pelo Plano CD ECOS será atendido por contribuições dos Participantes Patrocinados, dos Autopatrocinados e das Patrocinadoras, bem como pelo rendimento líquido das aplicações desses recursos.

A Contribuição Básica do Participante Ativo ou Autopatrocinado corresponderá a um percentual aplicável sobre o Salário de Participação, conforme especificado na tabela a seguir:

SALÁRIO DE PARTICIPAÇÃO (EM UPE*)	PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO BÁSICA
Até 5	2%
De 5 a 15	3%
De 15 a 25	4%
De 25 a 50	5%

\* \*Unidade Previdenciária ECOS: corresponde à importância de R\$100,00 (cem reais) em 1º de março de 2007, a ser reajustada pelo IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, no mês de março de cada ano. Em 31.12.2015, seu valor era de R\$ 157,66.

A Contribuição Adicional é opcional, realizada em prazo e valor definidos pelo Participante Ativo ou Autopatrocinado, observado como limite mínimo o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da UPE vigente no mês do aporte;

As Patrocinadoras efetuam, mensalmente, Contribuições Normais ao Plano, equivalentes a 100% (cem por cento) da Contribuição Básica do Participante.

O custeio das despesas decorrentes da administração do Plano ECOS é suportado pelas patrocinadoras, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre a folha dos salários de participação, além do excedente entre a taxa de administração (0,75 a.a. de Renda Fixa e 1,50 a.a. e Renda Variável), e as despesas diretas com investimento.

Segundo informado pela ECOS, os benefícios de risco continuam sendo cobertos por apólice e seguro contratada por esta EFPC com a Itaú Seguros S.A., vigente a partir de 01/07/2010, a qual apresenta uma taxa de 0,01079% para cobertura básica de mortes, 0,001836% para cobertura de invalidez permanente Total ou Parcial por Acidentes e 0,006474% para os eventos de Invalidez Funcional Permanente Total por Doença, perfazendo uma taxa total média de 0,0191%, já incluso IOF de 0,38%.

### 4. Considerações Finais

O Plano CD ECOS apresenta em 31/12/2015 Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em R\$ 3.209.815,85, conforme demonstrado no item 1 deste parecer.

Esta situação era prevista, visto que em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de superávit ou déficit técnico, pois os ganhos e perdas financeiras são repassados para os saldos de conta que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

O Plano CD ECOS registra, ainda, Fundo previdencial no valor de R\$ 102.609,52, constituído pela parcela da Conta de Patrocinadora não resgatável pelo Participante que teve sua inscrição cancelada.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 24 de março de 2016.

Rodarte Nogueira - consultoria em estatística e atuária - CIBA nº 070

  
Yara Oliveira Souza  
Suporte Técnico Atuarial  
MIBA/MTE nº 2.675

  
Cássia Maria Nogueira  
Responsável Técnico Atuarial  
MIBA/MTE nº 1.049





## PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

*“O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis”*  
Fernando Pessoa

# GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Os investimentos do PGA estão alocados, exclusivamente, no segmento de renda fixa, conforme determina sua Política de Investimentos.

## DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS

Posição dos Investimentos - Resolução CMN nº3792/ Política de Investimentos

Segmento/Ativos	Limite de Alocação		Posição em 31/12/2015				Posição em 31/12/2014	
	Limite Res.3792 %	Limite P.I %	R\$ 1	Part.% s/R.G	TIR Bruta Ano %	Benchmark PI Ano %	R\$ 1	Part.% s/R.G
<b>RENDA FIXA</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>642.537</b>	<b>100</b>	<b>13,06</b>	<b>12,56</b>	<b>540.290</b>	<b>99,60</b>
FIMM Institucional			642.537	100	13,06		540.290	99,60
<b>TOTAL DE INVESTIMENTOS</b>			<b>642.537</b>	<b>100</b>	<b>13,06</b>	<b>12,56</b>	<b>540.290</b>	<b>99,60</b>
Disponível			1.151				3.536	
Exigível de Investimentos			(1.364)				(1.350)	
<b>TOTAL DOS RECURSOS GARANTIDORES (R.G)</b>			<b>642.325</b>	<b>100,00</b>			<b>542.476</b>	<b>100,00</b>

A carteira de investimentos do PGA, composta de apenas um fundo de investimentos (gestão terceirizada), com liquidez diária, destinado às movimentações para pagamentos das despesas administrativas da fundação. A rentabilidade do ano foi de 13,06%, equivalente a 104% do CDI.

## CUSTOS COM A GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Os custos diretos da carteira são aqueles decorrentes da necessidade de termos registros dos ativos e as movimentações de conta corrente, individualizados por plano.

Como o PGA recebe, no início de cada mês, o valor do custeio administrativo previsto para o mês de referência, às vezes, conforme o fluxo de despesas, se faz necessário efetuar resgates que têm incidência de IOF - cobrado sobre os resgates efetuados até o 29º dia corrido contado da data de aplicação, de acordo com tabela regressiva de alíquotas. O IOF incide, apenas, sobre o rendimento do período entre a data de aplicação e a data de resgate.

Identificação	PGA	
	R\$	Participação %
<b>GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>14.015</b>	<b>100</b>
Taxa de Custódia	98	0,70
Taxa CETIP	13.816	98,58
IOF Fundos	100	0,71

MODALIDADES DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DA GESTÃO			Posição em 31/12/2015				
GESTÃO PRÓPRIA (A)			GESTÃO TERCEIRIZADA (B)			TOTAL DOS INVESTIMENTOS (A+B)	
MODALIDADES	Em R\$1	Participação(%)	FUNDOS DE INVESTIMENTOS	Em R\$1	Participação(%)	Em R\$1	Participação (%)
			<b>RENDA FIXA</b>	<b>642.537</b>	100	<b>642.537</b>	<b>100</b>
			<b>FI MM Institucional</b>	<b>642.537</b>	100		
			Itaú IB Active Fix	642.537	100		
<b>TOTAL DE GESTÃO PRÓPRIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL DE GESTÃO TERCEIRIZADA</b>	<b>642.537</b>	100	<b>642.537</b>	<b>100,00</b>

# POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Apresentamos as informações da Política de Investimentos do **Plano de Gestão Administrativa**, com vigência de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2020

PLANO DE BENEFÍCIOS		TAXA MÍNIMA ATUARIAL	
CNPB: 99.700.000-00	Tipo do Plano: <b>Gestão Administrativa</b>	Período de Referência: <b>Jan/2016 a Dez/2016</b>	Indexador/Percentual: <b>95% CDI</b>

## APROVAÇÃO / RESPONSÁVEL

### Aprovação da Política pelo Conselho Deliberativo

Reunião: nº 237

Data: 21 de dezembro de 2015

### Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado

Nome: **Tiago Novaes Villas-Bôas**

CPF: **616.089.985-68**

Cargo: **Diretor Administrativo / Financeiro**

## CONTROLE DE RISCOS

A Fundação ECOS monitora/controla os riscos abaixo, através da manutenção de uma estrutura interna adequada para tomada das decisões, da prestação de serviço de empresas de consultoria, custódia centralizada e/ou sistemas de controles internos:

<b>Risco de Governança</b>	Ter uma estrutura adequada de gestão que atenda às necessidades e especificidades do plano. A estrutura organizacional da Fundação ECOS compreende os seguintes órgãos para tomada de decisões de investimentos: Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos.
<b>Risco de Mercado</b>	Financeiro – Possíveis perdas decorrentes das oscilações dos preços dos ativos (variação de taxas de juros, câmbio, índices de preços, preços de ações, etc.).
<b>Risco de Crédito/ Contraparte</b>	Financeiro – Capacidade da instituição de cumprir seus pagamentos (obrigações). Monitorado por empresas classificadoras de “rating” e acompanhado pela consultora de riscos.
<b>Risco de Liquidez</b>	Financeiro - Disponibilidade financeira para pagamentos de suas obrigações.
<b>Risco de Terceirização</b>	Financeiro – Na terceirização parcial da administração dos recursos, delegamos determinadas responsabilidades a terceiros. A Fundação tem um modelo próprio de seleção e avaliação dos prestadores de serviços e gestores externos.
<b>Risco legal</b>	Cumprimento da legislação vigente e normas internas.
<b>Risco Operacional</b>	Não financeiro – Identificação de pontos vulneráveis nos processos internos, que possam acarretar algum prejuízo de qualquer natureza.
<b>Risco Sistêmico</b>	Possibilidade do sistema financeiro ser contaminado por eventos de crise. De difícil gerenciamento, mas reduzido diante de uma alocação de recursos bem diversificada.
<b>Possui modelo proprietário de risco?</b>	A fundação tem um consultor de riscos, que acompanha mensalmente os investimentos do plano. No entanto, os processos de investimentos já contemplam vários controles e monitoramento.
<b>Realiza estudo de ALM?</b>	Não se aplica a este tipo de plano.
<b>Realiza o apreçamento de ativos financeiros?</b>	Sim. O agente custodiante (Itaú Unibanco) é o responsável pelo apreçamento dos ativos que compõem as carteiras dos planos, sempre de acordo com as melhores práticas de mercado e da legislação vigente. A Fundação ECOS acompanha e monitora este apreçamento.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS			
Segmento	Mínimo %	Máximo %	Alvo %
<b>Renda Fixa</b>	90	100	100
<b>Derivativos</b>	Permitido, nos fundos de investimento, conforme legislação vigente.		
<b>Avaliação prévia de riscos?</b>	Sim. Na aquisição ou na venda de qualquer ativo os riscos são avaliados e sempre submetidos ao Comitê de Investimentos e, quando necessário, submetidos também ao Conselho Deliberativo.		
<b>Existência de sistemas de controles internos?</b>	Sim. Além de ter os ativos registrados em custódia centralizada e individualizada por plano, a Fundação utiliza também de sistema interno, que faz um controle paralelo, inclusive no intuito de checar informações e preços informados pelo custodiante.		
<b>Observação de princípios sócio-ambientais?</b>	Os princípios sócio-ambientais são observados sempre que possível, no entanto a Fundação não aderiu a nenhum protocolo.		

ALOCAÇÃO POR EMISSOR		Máximo %
Tesouro Nacional		100
Instituição Financeira		20
Tesouro Estadual ou Municipal		
Companhia Aberta com registro na CVM		10
Organismo Multilateral		10
Companhia Securitizadora		10
Patrocinador do Plano de Benefício		
FIDC/FICFIDC		10
Fundos de Índice Referenciado em cesta de ações de Cia aberta		
Sociedade de Propósito Específico - SPE		
FI-FICFI classificados no segmento de investimentos estruturados		
<i>Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792.</i>		

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR		Máximo %
Emissor		
% do Capital Votante de uma mesma Cia aberta		25
% do Capital Total de uma mesma Cia aberta ou SPE		25
% do PL de uma mesma instituição financeira		25
% do PL de fundo de índice referenciado em cesta de ações de Cia aberta		
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimento estruturados		
% do PL de fundo de investimento classificado no segmento de investimento no exterior		
% do PL de fundo de índice no exterior negociados em bolsa de valores no Brasil		
% do patrimônio separado de certificados de recebíveis com regime fiduciário		25
<i>Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792.</i>		

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO		Máximo %
Investimento		
% de uma série de títulos ou valores mobiliários		25
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC		25
% de um mesmo empreendimento imobiliário		
<i>Obs.: Limites legais estabelecidos na Resolução CMN 3792.</i>		

## GESTÃO DE RECURSOS

**Tipo:** administração dos recursos **MISTA (interna – carteira própria e externa – fundo de investimento do tipo condomínio aberto).**

## RENTABILIDADE

Plano / Segmento	Benchmark (índ de referência)	Expectativa Rentabilidade p/ 2016
Renda Fixa	95% do CDI	12,30%

## OBSERVAÇÕES

- Cenário utilizado na elaboração da PI/2016: Selic/2016 = 13,00% e CDI 12,95%.
- O método de rentabilidade da TIR (taxa interna de retorno) é a taxa de juros que igual o valor presente das entradas com o das saídas do caixa, ou seja, a TIR é a taxa de desconto que produz um VPL (valor presente líquido) igual a zero. O método da TIR, como leva em consideração o valor do dinheiro no tempo, expressa a rentabilidade do fluxo de caixa.
- A íntegra da Política de Investimentos está disponível no site da Fundação ECOS [www.fundacaoecos.org.br](http://www.fundacaoecos.org.br) em PLANOS - PLANO PGA. Dúvidas podem ser retiradas através da nossa Central de Atendimento 0800 721 2600.





## INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS

*“No fim tu há de ver que as coisas mais leves são as únicas que o vento não conseguiu levar: um estribilho antigo, um carinho no momento preciso, o folhear de um livro de poemas, o cheiro que tinha um dia, o próprio vento...”*

*Mário Quintana*

# **FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS**

Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2015 e  
de 2014 acompanhadas do Relatório dos Auditores  
Independentes

Fevereiro, 2016



**Conteúdo:**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

**QUADRO I:**

Balancos Patrimoniais Consolidados

**QUADRO II:**

Demonstrações Consolidadas das Mutações do Patrimônio Social

**QUADRO III:**

Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido – Plano de Benefício Definido

**QUADRO IV:**

Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido – Plano de Contribuição Definida

**QUADRO V:**

Demonstrações do Ativo Líquido – Plano de Benefício Definido

**QUADRO VI:**

Demonstrações do Ativo Líquido – Plano de Contribuição Definida

**QUADRO VII:**

Demonstrações Consolidadas do Plano de Gestão Administrativa

**QUADRO VIII:**

Demonstrações das Provisões Técnicas – Plano de Benefício Definido

**QUADRO IX:**

Demonstrações das Provisões Técnicas – Plano de Contribuição Definida

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

---

Salvador (BA), 17 de fevereiro de 2016

Aos

Diretores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadores da  
**FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS**

Examinamos as demonstrações contábeis da **FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2015 (representado pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade, aqui denominados de consolidado por definição da Resolução CNPC nº 8) e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais por plano de benefício que compreendem a demonstração do ativo líquido, das mutações do ativo líquido e das provisões técnicas para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis da Entidade. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das



demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

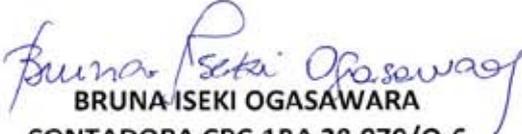
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada e individual por plano de benefício da **FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS** em 31 de dezembro de 2015 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.

Salvador, 17 de fevereiro de 2016

**PERFORMANCE AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES**  
**CRC-2BA - 00710/O**

  
**BRUNA ISEKI OGASAWARA**  
**CONTADORA CRC-1BA 28.970/O-6**



FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

<u>ATIVO</u>	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>DISPONÍVEL</b>	62	49
<b>Total do disponível</b>	<b>62</b>	<b>49</b>
<b>REALIZÁVEL</b>		
Gestão Previdencial (Nota 4)	261	257
Gestão Administrativa (Nota 5)	287	356
Investimentos (Nota 6)		
Títulos Públicos	581.892	534.426
Créditos Privados e Depósitos	97.205	73.540
Ações	23.554	22.498
Fundos de Investimento	94.008	108.622
Investimentos Imobiliários	47.625	47.737
Empréstimos	10.935	9.668
Depósitos Judiciais / Recursais	-	3.967
Outros Realizáveis	13	12
<b>Total do realizável</b>	<b>855.780</b>	<b>801.083</b>
<b>PERMANENTE</b>		
Imobilizado (Nota 7)	92	56
<b>Total do permanente</b>	<b>92</b>	<b>56</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>855.934</b>	<b>801.188</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

<b><u>PASSIVO</u></b>	<b><u>2015</u></b>	<b><u>2014</u></b>
<b>EXIGÍVEL OPERACIONAL (Nota 8)</b>		
Gestão Previdencial	1.271	1.317
Gestão Administrativa	680	668
Investimentos	26	34
<b>Total do exigível operacional</b>	<b><u>1.977</u></b>	<b><u>2.009</u></b>
<b>EXIGÍVEL CONTINGENCIAL (Nota 9)</b>		
Gestão Previdencial	5.174	4.426
Gestão Administrativa	224	224
Investimentos	-	5.550
<b>Total do exigível contingencial</b>	<b><u>5.398</u></b>	<b><u>10.200</u></b>
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 10)</b>		
<b>Patrimônio de cobertura do plano</b>		
Provisões matemáticas		
Benefícios Concedidos	607.355	556.939
Benefícios a Conceder	66.029	58.365
Equilíbrio Técnico		
Superávit Técnico Acumulado	163.633	163.050
<b>Fundos</b>		
Fundos Previdenciais	8.418	7.914
Fundos Administrativos	117	73
Fundos dos Investimentos	3.007	2.638
<b>Total do patrimônio social</b>	<b><u>848.559</u></b>	<b><u>788.979</u></b>
<b>Total do passivo</b>	<b><u>855.934</u></b>	<b><u>801.188</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Quadro II

**FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS**  
**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL PARA OS**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**  
**(Valores em milhares de Reais)**

	2015	2014	Variação (%)
<b>A) PATRIMÔNIO SOCIAL - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>788.979</b>	<b>762.162</b>	<b>3,52%</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>124.388</b>	<b>88.444</b>	<b>40,64%</b>
(+) Contribuições Previdenciais	895	749	19,49%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	117.226	81.794	43,32%
(+) Receitas Administrativas	5.811	5.832	-0,36%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	87	69	26,09%
(+) Constituição de Fundos de Investimentos	369	-	100,00%
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>(64.808)</b>	<b>(61.627)</b>	<b>5,16%</b>
(-) Benefícios	(58.161)	(54.938)	5,87%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(793)	(676)	17,31%
(-) Despesas Administrativas	(5.854)	(5.723)	2,29%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Administrativa	-	(179)	-100,00%
(-) Reversão de Fundos de Investimento	-	(111)	-100,00%
<b>3. ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO NO PATRIMÔNIO SOCIAL (1+2)</b>	<b>59.580</b>	<b>26.817</b>	<b>122,17%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	58.080	26.741	117,19%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	583	262	122,73%
(+/-) Fundos Previdenciais	504	(74)	-781,08%
(+/-) Fundos Administrativos	44	(1)	-4.500,00%
(+/-) Fundos dos Investimentos	369	(111)	-432,43%
<b>B) PATRIMÔNIO SOCIAL - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>848.559</b>	<b>788.979</b>	<b>7,55%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Quadro III

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>783.718</b>	<b>757.206</b>	<b>3,50%</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>117.491</b>	<b>82.134</b>	<b>43,05%</b>
(+) Contribuições	528	508	3,94%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	116.963	81.626	43,29%
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>(58.959)</b>	<b>(55.622)</b>	<b>6,00%</b>
(-) Benefícios	(58.087)	(54.872)	5,86%
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(793)	(676)	17,31%
(-) Custeio Administrativo	(79)	(74)	6,76%
<b>3. ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	<b>58.532</b>	<b>26.512</b>	<b>120,78%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	57.468	26.359	118,03%
(+/-) Fundos Previdenciais	481	(109)	-541,28%
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	583	262	122,52%
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>842.250</b>	<b>783.718</b>	<b>7,47%</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>3.099</b>	<b>2.694</b>	<b>15,03%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	92	56	64,29%
(+/-) Fundos dos Investimentos	3.007	2.638	13,99%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Quadro IV

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO  
DEFINIDA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
<b>A) ATIVO LÍQUIDO - INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.550</b>	<b>2.132</b>	<b>19,61%</b>
<b>1. ADIÇÕES</b>	<b>726</b>	<b>499</b>	<b>45,49%</b>
(+) Contribuições	463	331	39,88%
(+) Resultado Positivo Líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	263	168	56,55%
<b>2. DESTINAÇÕES</b>	<b>(91)</b>	<b>(81)</b>	<b>12,35%</b>
(-) Benefícios	(74)	(66)	12,12%
(-) Custeio Administrativo	(17)	(15)	13,33%
<b>3. ACRÉSCIMO / DECRÉSCIMO NO ATIVO LÍQUIDO (1+2)</b>	<b>635</b>	<b>418</b>	<b>51,91%</b>
(+/-) Provisões Matemáticas	612	383	59,79%
(+/-) Fundos Previdenciais	23	35	-32,35%
<b>B) ATIVO LÍQUIDO - FINAL DO EXERCÍCIO (A+3)</b>	<b>3.185</b>	<b>2.550</b>	<b>24,90%</b>
<b>C) FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>47,06%</b>
(+/-) Fundos Administrativos	25	17	47,06%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**Quadro V****FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)**

	2015	2014	Variação (%)
<b>1. ATIVOS</b>	<b>851.815</b>	<b>797.733</b>	<b>6,78%</b>
Disponível	59	43	34,88%
Recebível	336	295	13,90%
Investimento	851.420	797.395	6,78%
Títulos Públicos	580.989	534.082	8,78%
Créditos Privados e Depósitos	96.269	72.724	32,38%
Ações	23.357	22.258	4,94%
Fundos de Investimento	92.232	106.947	-13,76%
Investimentos Imobiliários	47.625	47.737	-0,23%
Empréstimos	10.935	9.668	13,12%
Depósitos Judiciais / Recursais	-	3.967	-100,00%
Outros Realizáveis	13	12	8,33%
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>6.466</b>	<b>11.321</b>	<b>-42,88%</b>
Operacional	1.292	1.345	-3,94%
Contingencial	5.174	9.976	-48,14%
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>3.099</b>	<b>2.694</b>	<b>15,03%</b>
Fundos Administrativos	92	56	64,29%
Fundos dos Investimentos	3.007	2.638	13,99%
<b>4. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)</b>	<b>842.250</b>	<b>783.718</b>	<b>7,47%</b>
Provisões Matemáticas	670.302	612.834	9,38%
Superávit (Déficit) Técnico	163.633	163.050	0,36%
Fundos Previdenciais	8.315	7.834	6,14%
<b>5. APURAÇÃO DO EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO</b>			
a) Equilíbrio Técnico	163.633	-	100%
b) (+/-) Ajuste de Precificação* (Nota 6)	66.445	-	100%
c) (+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a + b)	230.078	-	100%

\*Conforme Instrução MPS/PREVIC/DC n° 19 de 04/02/2015, artigo 14, na primeira adoção das regras constantes na Resolução CNPC n° 16, de 19 de novembro de 2014, as EFPC ficam desobrigadas do preenchimento do campo "exercício anterior" do Demonstrativo do ativo líquido por plano de benefícios.

**As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.**



Quadro VI

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
DEMONSTRAÇÕES DO ATIVO LÍQUIDO – PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
<b>1. ATIVOS</b>	<b>3.214</b>	<b>2.573</b>	<b>24,91%</b>
Disponível	3	3	0,00%
Recebível	42	35	20,00%
Investimento	3.169	2.535	25,01%
Títulos Públicos	903	344	162,50%
Créditos Privados e Depósitos	936	816	14,71%
Ações	197	240	-17,92%
Fundos de Investimento	1.133	1.135	-0,18%
<b>2. OBRIGAÇÕES</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>-33,33%</b>
Operacional	4	6	-33,33%
<b>3. FUNDOS NÃO PREVIDENCIAIS</b>	<b>25</b>	<b>17</b>	<b>47,06%</b>
Fundos Administrativos	25	17	47,06%
<b>4. ATIVO LÍQUIDO (1-2-3)</b>	<b>3.185</b>	<b>2.550</b>	<b>24,90%</b>
Provisões Matemáticas	3.082	2.470	24,78%
Fundos Previdenciais	103	80	28,75%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Quadro VII

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
<b>A) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>	<b>73</b>	<b>74</b>	<b>-1,35%</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>5.898</b>	<b>5.900</b>	<b>-0,03%</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>5.898</b>	<b>5.900</b>	<b>-0,03%</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	96	88	9,09%
Custeio Administrativo dos Investimentos	5.650	5.680	-0,53%
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	64	63	1,59%
Receitas Diretas	1	1	0,00%
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	87	69	26,09%
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>(5.854)</b>	<b>(5.902)</b>	<b>2,27%</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>(3.342)</b>	<b>(3.455)</b>	<b>-0,71%</b>
Pessoal e encargos	(2.196)	(2.220)	-1,08%
Treinamentos / congressos e seminários	(74)	(66)	12,12%
Viagens e estadias	(12)	(31)	-61,29%
Serviços de terceiros	(392)	(377)	3,98%
Despesas gerais	(326)	(321)	1,56%
Depreciações e amortizações	(8)	(17)	-52,94%
Tributos	(334)	(334)	0,00%
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>(2.512)</b>	<b>(2.358)</b>	<b>6,53%</b>
Pessoal e encargos	(1.926)	(1.845)	4,39%
Treinamentos / congressos e seminários	(69)	(62)	11,29%
Viagens e estadias	(17)	(27)	-37,04%
Serviços de terceiros	(315)	(242)	30,17%
Despesas gerais	(177)	(166)	6,63%
Depreciações e amortizações	(8)	(16)	-50,00%
<b>3. Constituição/Reversão de Contingências Administrativas</b>	<b>-</b>	<b>(178)</b>	<b>-100,00%</b>
<b>4. Sobra / Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>44</b>	<b>(1)</b>	<b>4.500,00%</b>
<b>5. Constituição / Reversão do Fundo Administrativo (4)</b>	<b>44</b>	<b>(1)</b>	<b>4.500,00%</b>
<b>B) FUNDO ADMINISTRATIVO DO EXERCÍCIO ATUAL (A+5)</b>	<b>117</b>	<b>73</b>	<b>60,27%</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Quadro VIII

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO EM 31 DE  
DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3+4+5)</b>	<b>851.723</b>	<b>797.676</b>	<b>6,78%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>670.302</b>	<b>612.834</b>	<b>9,38%</b>
<b>1.1. Benefícios Concedidos</b>	<b>607.355</b>	<b>556.939</b>	<b>9,05%</b>
Benefício Definido	607.355	556.939	9,05%
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>62.947</b>	<b>55.895</b>	<b>12,62%</b>
Benefício Definido	62.947	55.895	12,62%
<b>2. Equilíbrio Técnico</b>	<b>163.633</b>	<b>163.050</b>	<b>0,36%</b>
<b>2.1. Resultados Realizados</b>	<b>163.633</b>	<b>163.050</b>	<b>0,36%</b>
Superávit técnico acumulado	163.633	163.050	0,36%
Reserva de contingência	120.587	153.209	-21,29%
Reserva para revisão de plano	43.046	9.841	337,41%
<b>3. Fundos</b>	<b>11.322</b>	<b>10.472</b>	<b>8,12%</b>
3.1. Fundos Previdenciais	8.315	7.834	6,14%
3.2. Fundos dos Investimentos – Gestão Previdencial	3.007	2.638	13,99%
<b>4. Exigível Operacional</b>	<b>1.292</b>	<b>1.345</b>	<b>-3,94%</b>
4.1. Gestão Previdencial	1.268	1.312	-3,35%
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	24	33	-27,27%
<b>5. Exigível Contingencial</b>	<b>5.174</b>	<b>9.975</b>	<b>-48,13%</b>
5.1. Gestão Previdencial	5.174	4.426	16,90%
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	-	5.549	-100,00%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Quadro IX

FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS  
DEMONSTRAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS - PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014  
(Valores em milhares de Reais)

	2015	2014	Variação (%)
<b>PROVISÕES TÉCNICAS (1+2+3)</b>	<b>3.189</b>	<b>2.556</b>	<b>24,77%</b>
<b>1. Provisões Matemáticas</b>	<b>3.082</b>	<b>2.470</b>	<b>24,78%</b>
<b>1.2. Benefícios a Conceder</b>	<b>3.082</b>	<b>2.470</b>	<b>24,78%</b>
Contribuição Definida	3.082	2.470	24,78%
Saldo de contas - parcela patrocinadores/ instituidores	1.098	880	24,77%
Saldo de contas - parcela participantes	1.984	1.590	24,78%
<b>2. Fundos</b>	<b>103</b>	<b>80</b>	<b>28,75%</b>
2.1. Fundos Previdenciais	103	80	28,75%
<b>3. Exigível Operacional</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>-33,33%</b>
3.1. Gestão Previdencial	3	5	-40,00%
3.2. Investimentos - Gestão Previdencial	1	1	0,00%

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



**FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A – ECOS**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014**  
**(Valores em milhares de Reais)**

---

## **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A **FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL DO BANCO ECONÔMICO S/A - ECOS** (“**Fundação ECOS**”) é uma Entidade fechada de previdência privada - EFPC, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, constituída em 21 de março de 1983 de acordo com a autorização de funcionamento concedida pela Portaria nº. 3.144 do Ministério da Previdência e Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 22 de março de 1983.

A Fundação ECOS obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154/09. A PREVIC é uma autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério da Previdência Social, sendo responsável pela supervisão e fiscalização das atividades das entidades fechadas de previdência complementar e pela execução das políticas para o regime de previdência complementar operado por estas entidades. Adicionalmente, a Fundação ECOS atende às resoluções específicas do Conselho Monetário Nacional, estando disciplinada pela Lei Complementar nº. 109, de 29 de maio de 2001, e alterações.

A Fundação ECOS é uma Entidade sem fins lucrativos, multipatrocinada, com recursos aplicados no país e no exterior e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão. A Fundação ECOS possui dois planos previdenciais: o Plano de Benefício Definido (BD) – instituído em 27 de dezembro de 1982; e o Plano de Contribuição Definida (CD) – instituído em 17 de junho de 2008.

Os recursos dos planos previdenciais são arrecadados mensalmente, aplicados no mercado financeiro, e, somados aos rendimentos auferidos, são revertidos em benefícios aos participantes de cada plano, desde que preenchidas as carências e parâmetros exigidos.

A Fundação ECOS tem como patrocinadoras as seguintes empresas:

- a) Plano de Benefício Definido: Econtrading S/A - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; Braskem Participações S/A; Braskem S/A; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoril Industrial S/A; CST - Expansão Urbana Ltda.; Agropecuária Senhor do Bonfim Ltda.; K.F. Agência de Viagens e Turismo S/A e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A.



- b) Plano de Contribuição Definida: Econtrading S/A - Comércio Exterior; CCB - Companhia de Cítricos do Brasil; Fundação Econômico Miguel Calmon; CST - Companhia de Sintéticos e Termoplásticos; Econômico Agro Pastoral Industrial S/A; CST - Expansão Urbana Ltda.; Fazendas Reunidas Santa Maria; Aratu Empreendimentos e Corretagem de Seguros Ltda.; Refrigerantes da Bahia Ltda.; Petroalcool Revendedora de Combustíveis e Lubrificantes Ltda. e Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A.

## 2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVO

A Fundação ECOS, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 000271, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

- a) Plano de Benefício Definido: Plano de Benefício Definido inscrito sob o nº 19.830.002-56 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no qual o valor do benefício é previamente definido. O fechamento do PLANO ECOS foi autorizado pela Secretaria de Previdência Complementar através da portaria nº 982 de 19 de março de 2007. O Plano continua a funcionar normalmente, porém não são aceitas novas inscrições de participantes e patrocinadoras.
- b) Plano de Contribuição Definida: Plano de Contribuição Definida inscrito sob o nº 20.080.021-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, no qual o valor do benefício é definido com base nas reservas de contribuições acumuladas até a data da concessão. O plano foi aprovado em 17 de junho de 2008.

	Quantidade			
	Plano de Benefício Definido		Plano de Contribuição Definida	
	2015	2014	2015	2014
Ativos	45	48	66	69
Autopatrocínados	80	84	06	07
Assistidos	726	726	-	-
<b>Total</b>	<b>851</b>	<b>858</b>	<b>72</b>	<b>76</b>

O Plano da Gestão Administrativa da Fundação ECOS foi constituído com base no Anexo C – Item 4 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 8 de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da Fundação ECOS por meio da Resolução nº 12 de 21 de dezembro de 2009 e revisado em dezembro de 2010.



### 3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

#### Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Fundação ECOS foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011 e alterações posteriores, a Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações posteriores, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprovou a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

Essas diretrizes não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos de curto prazo e de longo prazo, nem a apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa. A estrutura da planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC's reflete o ciclo operacional de longo prazo da sua atividade, de forma que a apresentação de ativos e passivos, observadas as gestões previdencial, assistencial e administrativa e o fluxo dos investimentos, proporcionam informações mais adequadas, confiáveis e relevantes do que a apresentação em circulante e não circulante, em conformidade com o item 63 da NBC TG nº 26.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar, por meio da Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou o item IV do Anexo "B" da Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, referente à Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefícios (DAL). A alteração consiste, basicamente, na inclusão do valor de ajuste de precificação. Conforme a Instrução MPS/PREVIC/DC nº 19, de 4 de fevereiro de 2015, na primeira adoção das regras constantes na Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, as EFPC ficam desobrigadas do preenchimento do campo "exercício anterior", do Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios.

A escrituração contábil da Fundação ECOS atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

#### Consolidação das demonstrações contábeis

Por definição da Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, as demonstrações contábeis denominadas de consolidadas estão representadas pelo somatório de todos os planos administrados pela Entidade e abrangem as demonstrações contábeis relativas aos seguintes planos: Plano de Benefício Definido, Plano de Contribuição Definida e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA.



## Principais práticas contábeis

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime de competência, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, no Plano de Contribuição Definida, que são registradas pelo regime de caixa.

A Fundação ECOS observa as seguintes práticas contábeis:

### a) Gestão dos recursos administrativos

#### a.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CGPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da Fundação ECOS são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa - PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

A Fundação ECOS utiliza a gestão segregada dos recursos administrativos registrados no Plano de Gestão Administrativa entre os planos de benefícios, significando que as sobras/insuficiências das fontes de custeio em relação aos gastos administrativos, bem como a remuneração dos recursos e a utilização do fundo administrativo são individualizados por plano de benefícios administrados pela Entidade. Desta forma, o fundo administrativo é contabilizado e controlado em separado por plano de benefícios, demonstrando as variações e o montante de cada um.

#### a.2) Custeio administrativo

Representa o valor líquido das importâncias transferidas para a gestão administrativa para a cobertura dos respectivos custos administrativos.

#### a.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, para despesas exclusivamente de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos, e são rateadas respeitando as características de cada plano.

#### a.4) Critérios de rateio

Os critérios de rateio estabelecidos são objetivos e uniformes no decorrer do exercício social e em consonância com o planejamento orçamentário. As despesas administrativas, quando passíveis de rateio, seguem dois níveis:

- ✓ Por gestão: entre gestão previdencial e investimentos; e



- ✓ Entre planos: entre os planos de benefícios na proporção de seus patrimônios, regra aplicável apenas nos casos em que não se identifica as despesas próprias de cada um dos planos.

#### **b) Estimativas Atuariais e Contábeis**

Na preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas brasileiras de contabilidade é requerido que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua e as revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com base no julgamento da Administração, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências, cujas expectativas de desfecho (ganho ou perda) foram definidas pela Administração da Entidade com o auxílio dos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

As avaliações atuariais da composição das provisões matemáticas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 foram efetuadas pelo consultor atuarial externo Rodarte Nogueira Consultoria em Estatística e Atuária Ltda.

#### **c) Realizável**

- Gestão Previdencial: O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos direitos da Fundação ECOS relativos às contribuições das patrocinadoras, participantes e autopatrocinados, exceto as contribuições de autopatrocinados do Plano de Contribuição Definida, que são registradas pelo regime de caixa.
- Gestão Administrativa: O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de serviços e outras operações de natureza administrativa.
- Investimentos: Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, alterada pela Resolução CGPC nº 08, de 19 de junho de 2002 e pela Resolução CGPC nº 22, de 25 de setembro de 2006, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder à avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos - realizável, segundo as duas categorias a saber:



- Títulos para negociação: títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição até o vencimento do título, os quais são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.
- Títulos mantidos até o vencimento: títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo ainda considerados, pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais, ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- ✓ Ações: As aplicações no mercado de ações são classificadas como “títulos para negociação” e estão registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

As ações que não tenham sido negociadas em Bolsa de Valores ou em Mercado de Balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo custo ou pelo último valor patrimonial publicado, dos dois o menor, ou poderão ainda, ser avaliadas pelo valor econômico determinado por empresa independente especializada.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

As aplicações em fundos de ações são avaliadas pelo valor da cota na data do balanço.

- ✓ Investimentos Imobiliários: São registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.
- ✓ Empréstimos: Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescidos dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.
- ✓ Outros Realizáveis: Registra os valores aplicados em outras modalidades de investimentos, não especificados nos itens anteriores.



d) **Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa**

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

e) **Permanente**

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição, menos a depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com as taxas históricas apresentadas a seguir:

<u>Descrição</u>	<u>Taxa Anual</u>
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Softwares	20%

f) **Exigível Operacional**

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, estando representados pelas obrigações.

g) **Exigível Contingencial**

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face à eventuais perdas, baseados na opinião dos consultores jurídicos da Fundação ECOS.

h) **Patrimônio Social**

**h.1) Patrimônio de Cobertura do Plano**

✓ **Provisões Matemáticas**

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Para o Plano de Benefício Definido, a provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes que já estão em gozo de benefícios de prestação continuada, aposentadorias e pensões. Já a provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições dos participantes que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.



Para o Plano de Contribuição Definida, que está estruturado sob a forma de Contribuição Definida - CD, onde as contribuições de cada participante são transformadas em quotas patrimoniais, o valor da provisão matemática correspondente ao valor do patrimônio do fundo, excetuado o valor do fundo para o programa administrativo. A responsabilidade da Fundação ECOS na concessão de benefícios neste plano está limitada ao saldo de quotas de cada participante no fundo.

✓ **Equilíbrio Técnico**

Até 2014, o superávit apurado no Plano de Benefício Definido (Nota 10) foi incorporado à reserva de contingência deste plano, até o limite de 25% das provisões matemáticas, sendo o excedente alocado à reserva especial para revisão do plano.

A partir de 2015, a Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, com redação dada pela Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, estabeleceu critérios diferenciados para equacionamento de déficits ou destinação/utilização de superávit, em função do horizonte de tempo dos fluxos de caixa de cada plano de benefícios (*duration* do passivo atuarial). Esta Resolução determina que o resultado superavitário do plano seja destinado à constituição de reserva de contingência, até o menor limite entre:

- (i) 25% do valor das provisões matemáticas (PM) ou
- (ii)  $[10\% + (1\% \times \textit{duration} \text{ do passivo do plano})] \times \textit{PM}$ .

A Entidade apurou a *duration* do passivo do plano em 7,99 anos em 2015 (7,67 em 2014), destinando o limite de 17,99% das provisões matemáticas à constituição de reserva de contingências em 31 de dezembro de 2015, sendo o excedente alocado à reserva especial para revisão do plano.

## h.2) Fundos

✓ **Gestão previdencial**

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

✓ **Gestão administrativa**

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

✓ **Investimento**

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.



#### 4. REALIZÁVEL - GESTÃO PREVIDENCIAL

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Plano de Benefício Definido</b>		
Contribuições normais do mês		
. Patrocinadores	16	14
. Participantes	9	8
. Autopatrocinados	6	6
	<u>31</u>	<u>28</u>
Contribuições sobre 13º Salário	<u>8</u>	<u>8</u>
Contribuições normais em atraso		
. Autopatrocinados	1	1
	<u>1</u>	<u>1</u>
Depósitos judiciais / recursais	102	147
Valores a receber	102	55
<b>Total do Plano de Benefício Definido</b>	<u>244</u>	<u>239</u>
<b>Plano de Contribuição Definida</b>		
Contribuições normais do mês		
. Patrocinadores	8	9
. Participantes	9	9
	<u>17</u>	<u>18</u>
Contribuições sobre 13º Salário	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Total do Plano de Contribuição Definida</b>	<u>17</u>	<u>18</u>
<b>Total da Gestão Previdencial</b>	<u>261</u>	<u>257</u>

#### 5. REALIZÁVEL - GESTÃO ADMINISTRATIVA

É composta pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuições para Custeio	-	76
Adiantamento de Férias	23	10
Depósitos Judiciais	224	224
Valores a Receber entre Planos	18	18
Outros	22	28
<b>Total</b>	<u>287</u>	<u>356</u>



## 6. REALIZÁVEL - INVESTIMENTOS

São compostos pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b><u>Plano de Benefício Definido</u></b>		
. Títulos Públicos	580.989	534.082
. Créditos Privados e Depósitos	96.269	72.724
. Ações	23.357	22.258
. Fundos de Investimentos	92.232	106.947
. Investimentos Imobiliários	47.625	47.737
. Empréstimos e Financiamentos	10.935	9.668
. Depósitos Judiciais/Recursais	-	3.967
. Outros Realizáveis	13	12
<b>Total do Plano de Benefício Definido</b>	<b><u>851.420</u></b>	<b><u>797.395</u></b>
<b><u>Plano de Contribuição Definida</u></b>		
. Títulos Públicos	903	344
. Créditos Privados e Depósitos	936	816
. Ações	197	240
. Fundos de Investimentos	1.133	1.135
<b>Total do Plano de Contribuição Definida</b>	<b><u>3.169</u></b>	<b><u>2.535</u></b>
<b><u>Plano de Gestão Administrativa</u></b>		
. Fundos de Investimentos	643	540
<b>Total do Plano de Gestão Administrativa</b>	<b><u>643</u></b>	<b><u>540</u></b>
<b>Total de investimentos</b>	<b><u>855.232</u></b>	<b><u>800.470</u></b>

### Administração e custódia dos investimentos

O Itaú Unibanco é a entidade contratualmente responsável pelo serviço de Custódia e Controladoria dos Ativos. Os títulos e valores mobiliários estão depositados em contas individualizadas nos sistemas de registro e de liquidação financeira e de ativos autorizados a funcionar pelo BACEN ou pela CVM, nas suas respectivas áreas de competência, ou seja, no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), na CETIP S.A e na Bolsa de Valores (CBLC).

#### a) Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos

Com relação aos Títulos Públicos, Créditos Privados e Depósitos, e Fundos de Investimentos, em cumprimento às Resoluções do CGPC nº 04, de 30 de janeiro de



2002, CGPC nº 15, de 23 de agosto de 2005 e CGPC nº 21, de 25 de setembro de 2006, apresentamos abaixo a seguinte classificação:

	<b>Custo</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Títulos para negociação</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Plano de Benefício Definido</b>			
Fundo de Investimento Multimercado	21.818	25.263	36.336
Fundo de Direitos Creditórios	-	145	868
Fundo de Investimento Referenciado	18.254	18.972	16.812
Fundo de Investimento Participação /Empresas Emergentes	7.500	7.662	7.442
Títulos públicos - LFT	27.214	27.618	
<b>Total do plano</b>	<b>74.786</b>	<b>79.660</b>	<b>61.458</b>
<b>Plano de Contribuição Definida</b>			
Depósito a Prazo	300	317	816
Fundo de Investimento Multimercado	240	-	168
Fundo de Investimento Referenciado	817	923	745
<b>Total do plano</b>	<b>1.357</b>	<b>1.240</b>	<b>1.729</b>
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>			
Fundo de Investimento Multimercado	635	643	540
Fundo de Investimento Referenciado	-	-	-
<b>Total do plano</b>	<b>635</b>	<b>643</b>	<b>540</b>
<b>Total dos Títulos para negociação</b>	<b>76.778</b>	<b>81.543</b>	<b>63.727</b>
<b>Total dos títulos mantidos até o vencimento e títulos para negociação</b>	<b>530.094</b>	<b>732.705</b>	<b>670.877</b>



	Custo	Vencimento			2015	2014
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos		
<b>Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>Total</b>					
<b><u>Plano de Benefício Definido</u></b>						
Debêntures	14.900	868	22.095	-	22.963	22.097
Depósito a Prazo	8.000	16.476	-	-	16.476	13.879
Certificado de Recebíveis Imobiliário	7.731	-	-	8.077	8.077	8.414
Depósito a Prazo com Garantia Especial	-	-	-	-	-	7.427
Letras Financeiras	38.000	12.016	30.067	6.670	48.753	20.907
Títulos públicos – NTN B	297.426	-	76.411	322.390	398.801	391.410
Títulos públicos – NTN C	65.981	47.713	63.126	22.797	133.636	142.333
Títulos públicos – NTN F	20.004	-	-	20.875	20.875	-
Títulos públicos – TDA	25	59	-	-	59	339
<b>Total</b>	<b>452.068</b>	<b>77.132</b>	<b>191.699</b>	<b>380.809</b>	<b>649.640</b>	<b>606.806</b>
<b><u>Plano de Contribuição Definida</u></b>						
Depósito a Prazo	500	619	-	-	619	-
Títulos públicos – NTN F	105	-	107	-	107	-
Títulos públicos – NTN B	453	-	382	289	671	344
Títulos públicos - LTN	190	-	125	-	125	-
<b>Total</b>	<b>1.248</b>	<b>619</b>	<b>614</b>	<b>289</b>	<b>1.522</b>	<b>344</b>
<b>Total dos Títulos mantidos até o vencimento</b>	<b>453.316</b>	<b>77.751</b>	<b>192.313</b>	<b>381.098</b>	<b>651.162</b>	<b>607.150</b>



Os títulos e valores mobiliários classificados como “Títulos para negociação” estão avaliados pelo valor de mercado, de acordo com metodologia de precificação adotada pelo custodiante (Itaú Unibanco), considerando a base de dados da ANBIMA e demais indicadores julgados relevantes, em consonância com as regras do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento” estão mensurados pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Fundação ECOS declara, fundamentada em estudo de macro-alocação de recursos, que possui capacidade financeira para manter até o vencimento os títulos classificados na categoria “Títulos mantidos até o vencimento”.

### **Gestão de investimentos**

A Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014, alterou a Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabeleceu novas condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do superávit (déficit), destinação e utilização de superávit técnico e no equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário.

Em 04 de fevereiro de 2015, a Instrução PREVIC nº 19, tratou de questões da Resolução CNPC nº 16/2014, principalmente quanto aos critérios e procedimentos para cálculo do ajuste de precificação dos títulos públicos federais para fins de equacionamento de déficit técnico ou para utilização/destinação de superávit técnico.

O ajuste de precificação positivo, apresentado na Demonstração do Ativo Líquido – Plano de Benefício Definido (DAL), no montante de R\$ 66.445 mil, corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento”, calculado considerando a taxa de juros real anual utilizada na respectiva avaliação atuarial (4,75% ao ano), e o valor contábil.

Os títulos que estão sujeitos ao referido ajuste de precificação são aqueles que têm por objetivo dar cobertura aos benefícios concedidos e a conceder com o valor ou nível previamente estabelecidos e cujo custeio seja determinado atuarialmente, de forma a assegurar a sua concessão e manutenção.

A Portaria PREVIC nº 708, de 22 de dezembro de 2015, disponibilizou a planilha “Cálculo Duração do Passivo e Ajuste de Precificação 31 de dezembro de 2015” para apuração da *duration* do passivo e do ajuste de precificação relativamente aos resultados referentes ao exercício de 2015 para ser utilizada pelas entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) e encaminhada para a PREVIC até a data de envio das demonstrações contábeis.



O quadro abaixo apresenta, em 31 de dezembro de 2015, o detalhamento dos títulos públicos federais, segregados por natureza, vencimento e taxa de aquisição, que resultaram no ajuste de precificação:

Natureza	Vencimento	Taxa de aquisição (%)	Quantidade	Valor investido	Valor do ajuste	Valor ajustado
NTN-C	01/07/2017	8,3000	2.099	7.043	338	7.381
NTN-C	01/07/2017	8,3401	2.300	7.713	375	8.088
NTN-C	01/07/2017	10,5532	50	163	13	176
NTN-C	01/07/2017	10,0760	10.000	32.794	2.370	35.164
NTN-B	15/08/2018	6,3436	3.023	8.504	314	8.818
NTN-B	15/08/2020	6,5187	10.000	27.806	1.932	29.738
NTN-B	15/08/2020	6,2018	14.259	40.125	2.280	42.405
NTN-C	01/04/2021	8,3400	10.007	30.957	5.058	36.015
NTN-C	01/04/2021	10,0912	10.000	28.811	7.179	35.990
NTN-C	01/04/2021	10,2361	1.177	3.371	865	4.236
NTN-B	15/05/2023	6,1100	3.755	10.439	844	11.283
NTN-B	15/08/2024	8,2994	1.600	3.940	979	4.919
NTN-B	15/08/2024	8,7524	20.000	47.924	13.559	61.483
NTN-B	15/08/2030	6,1400	20.000	56.066	7.796	63.862
NTN-B	15/08/2030	6,2700	10.000	27.703	4.228	31.931
NTN-B	15/08/2030	6,0400	5.698	16.120	2.074	18.194
NTN-C	01/01/2031	8,3628	5.000	22.797	7.509	30.306
NTN-B	15/05/2035	6,3005	2.200	5.961	1.136	7.097
NTN-B	15/05/2045	6,4106	5.496	14.586	3.748	18.334
NTN-B	15/08/2050	6,9967	2.810	6.995	2.606	9.601
NTN-B	15/08/2050	6,9049	1.383	3.483	1.242	4.725
<b>Total</b>				<b>403.301</b>	<b>66.445</b>	<b>469.746</b>

O ajuste de precificação não é objeto de registro contábil.

#### b) Ações e Fundos de Investimentos

	2015	2014
<b>Plano de Benefício Definido</b>		
Ações no mercado à vista	30.342	29.242
Fundo de Investimentos - Cotas de fundos de ações	40.189	45.488
Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa (a)	(6.985)	(6.985)
<b>Total do plano</b>	<b>63.546</b>	<b>67.745</b>



	2015	2014
<b>Plano de Contribuição Definida</b>		
Ações no mercado à vista	197	240
Fundo de Investimentos - Cotas de fundo de ações	210	223
<b>Total do plano</b>	<b>407</b>	<b>463</b>
<b>Total</b>	<b>63.953</b>	<b>68.208</b>

(a) Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Entidade tem integralmente provisionado o montante equivalente aos recursos aplicados em ações de empresas relacionadas com o Banco Econômico S/A, o qual se encontra em liquidação extrajudicial, como segue:

Descrição	2015	2014
Banco Econômico S/A	4.715	4.715
IEP - Itapiracem Empreendimentos e Participações S/A	2.262	2.262
Outros	8	8
	<b>6.985</b>	<b>6.985</b>

A partir da publicação da Resolução CGPC nº 25, de 30 de junho de 2008, as ações passaram a ser contabilizadas pelo custo de aquisição, acrescido de corretagens e outras taxas incidentes, sendo avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

### c) Investimentos Imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos de aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens.

No exercício de 2015 não houve aquisição ou alienação de investimentos imobiliários.

Houve reavaliação de imóveis adquiridos em outubro de 2012, quando foram avaliados. A reavaliação foi efetuada pela empresa ELO Engenharia e Construções Ltda. – ME, pelo método comparativo de mercado. Abaixo, demonstramos os efeitos da reavaliação:

Imóveis	Valor contábil antes da reavaliação	Valor da reavaliação	Resultado
<b>Plano de Benefício Definido</b>			
Locados a terceiros	2.844	3.068	224
<b>Total do plano</b>	<b>2.844</b>	<b>3.068</b>	<b>224</b>



Nos saldos de investimentos imobiliários, as diferenças entre os saldos contábeis e os valores de reavaliação, quando positivas, foram registradas a crédito de renda/variações positivas e, quando negativas, a débito de deduções/variações negativas do programa de investimentos. O valor reavaliado passou a ser depreciado pela vida útil remanescente estimada no laudo de avaliação, que foi de 30 anos.

## 7. PERMANENTE (PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
Móveis e Utensílios	23	16
Máquinas e Equipamentos	51	37
Computadores e Periféricos	7	1
Software	11	2
<b>Total</b>	<u>92</u>	<u>56</u>

## 8. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Plano de Benefício Definido</b>		
<b>Gestão Previdencial</b>		
. Benefícios a Pagar	3	3
. Reserva de Poupança	519	480
. Retenções a Recolher	744	753
. Outras Exigibilidades	2	76
	<u>1.268</u>	<u>1.312</u>
<b>Investimentos</b>		
. Títulos Públicos	10	9
. Investimentos Imobiliários	1	1
. Empréstimos e Financiamentos	12	22
. Relacionados com o Disponível	1	1
	<u>24</u>	<u>33</u>
<b>Total do Plano de Benefício Definido</b>	<u>1.292</u>	<u>1.345</u>



	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Plano de Contribuição Definida</b>		
<b>Gestão Previdencial</b>		
. Repasse custeio administrativo	-	2
. Outras Exigibilidades	3	3
	<u>3</u>	<u>5</u>
<b>Investimentos</b>		
. Créditos Privados e Depósitos	2	1
<b>Total do Plano de Contribuição Definida</b>	<u>5</u>	<u>6</u>
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
<b>Gestão Administrativa</b>		
. Contas a Pagar	482	496
. Retenções a Recolher	118	120
. Receita Antecipada	47	-
. Tributos a recolher	25	33
. Outras Exigibilidades	8	9
<b>Total do Plano de Gestão Administrativa</b>	<u>680</u>	<u>658</u>
<b>Total</b>	<u>1.977</u>	<u>2.009</u>

## 9. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Plano de Benefício Definido</b>		
<b>Gestão Previdencial</b>		
. Provisão (a)	5.174	4.426
<b>Investimentos</b>		
. Provisão (b)	-	5.550
<b>Total do plano</b>	<u>5.174</u>	<u>9.976</u>
<b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
<b>Gestão Administrativa</b>		
. Processos trabalhistas (c)	224	224
<b>Total do plano</b>	<u>224</u>	<u>224</u>
<b>Total consolidado</b>	<u>5.398</u>	<u>10.200</u>



A Fundação ECOS constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas cuja previsão de desfecho seja avaliada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

**(a) Provisões da gestão previdencial:**

Valor correspondente a processo ajuizado por participante pleiteando revisões de benefícios.

**(b) Provisões dos investimentos:**

Em 2015, os valores registrados a título de provisão para contingências dos Investimentos foram baixados, bem como os respectivos valores de depósitos judiciais, considerando parecer emitido pelos assessores jurídicos. O saldo referia-se, basicamente, a dois processos:

1) Ação referente ao reconhecimento da imunidade tributária constitucional e o conseqüente não pagamento de IOF – Imposto sobre Operações Financeiras. A Fundação ECOS mantinha depósitos judiciais relacionados a esta ação, tendo desistido da ação e aguardava a conversão em renda dos valores depositados (montante aproximado de R\$ 2,9 milhões). Decidiu-se, portanto, baixar a provisão contábil, posto que, nos termos da decisão proferida pelo TRF 2ª Região, o valor do débito não era mais objeto de controvérsia, permanecendo o processo em trâmite apenas para discussão acerca de honorários de sucumbência;

2) Saldo remanescente de provisão para contingência relativa a questionamento quanto à não obrigatoriedade de pagamento do IPTU e ITIV no montante aproximado de R\$ 2,6 milhões.

Em razão da jurisprudência firmada pelo Supremo Tribunal Federal, desfavorável à tese da imunidade tributária dos Fundos de Pensão, em março de 2002 a Fundação ECOS firmou acordo com o Município de Salvador objetivando o pagamento do ITIV e IPTU com isenção de juros e multa. Por sua vez o Município comprometeu-se a extinguir os processos administrativos e judiciais, já em fase de Execução Judicial, relativos aos créditos quitados com o acordo. Em 2014, a Fundação ECOS aderiu ao PPI – Programa de Parcelamento Incentivado do Município de Salvador, quitando todos os débitos existentes junto ao Município.

**(c) Provisões da gestão administrativa:**

Valor referente à ação trabalhista, movida por ex-empregado, pleiteando horas extras.



## Processos Não provisionados

### **Tributos Federais – CSLL**

Com o advento da Medida Provisória nº 16, de 27 de dezembro de 2001, a partir de 01 de janeiro de 2002 foi conferida isenção da obrigação referente à CSLL às Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Persiste, no entanto, ação judicial para que a União Federal se abstenha de tomar qualquer medida tendente a exigir das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com sede no Estado da Bahia, o recolhimento da CSLL sobre período anterior a janeiro de 2002. Conforme orientação do advogado responsável pelo acompanhamento do processo, cujo entendimento está suportado na jurisprudência, a Administração da Fundação ECOS mantém posicionamento de que as chances de perdas são remotas e, desta forma, nenhuma provisão foi registrada.

## **10. PATRIMÔNIO SOCIAL**

### Patrimônio de Cobertura do Plano

#### *PROVISÕES MATEMÁTICAS*

As provisões matemáticas apresentam a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b><u>Plano de Benefício Definido</u></b>		
<b>Provisões Matemáticas</b>		
. Benefícios concedidos		
Benef. Def.Estrut. em Reg.Capitalização	<b>607.355</b>	<b>556.939</b>
. Benefícios a conceder		
Valor Atual dos Benefícios Futuros	67.116	60.021
(-) Valor Atual das Contribuições	(4.169)	(4.126)
	<u><b>62.947</b></u>	<u><b>55.895</b></u>
<b>Total de Provisões Matemáticas</b>	<u><b>670.302</b></u>	<u><b>612.834</b></u>
<b>Superávit Técnico Acumulado</b>		
. Reserva de contingência (Nota 3, h.1)	120.587	153.209
. Reserva para revisão do plano	43.046	9.841
	<u><b>163.633</b></u>	<u><b>163.050</b></u>
. Fundos Previdenciais	8.315	7.834
. Fundos de Investimentos	3.007	2.638
	<u><b>11.322</b></u>	<u><b>10.472</b></u>
<b>Total do Plano de Benefício Definido</b>	<u><b>845.257</b></u>	<u><b>786.356</b></u>



	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<b>Plano de Contribuição Definida</b>		
<b>Provisões Matemáticas</b>		
. Benefícios a conceder		
Saldo de contas – Parcela Patrocinador	1.098	880
Saldo de contas – Parcela Participantes	1.984	1.590
<b>Total Provisões Matemáticas</b>	<b>3.082</b>	<b>2.470</b>
<b>Fundos</b>		
. Fundos Previdenciais	103	80
	<b>103</b>	<b>80</b>
<b>Total do Plano de Contribuição Definida</b>	<b>3.185</b>	<b>2.550</b>
 <b>Plano de Gestão Administrativa</b>		
<b>Fundos</b>		
. Fundos Administrativos	117	73
<b>Total do plano de gestão administrativa</b>	<b>117</b>	<b>73</b>
<b>Total do patrimônio social</b>	<b>848.559</b>	<b>788.979</b>

São utilizados os seguintes critérios para cálculo das provisões matemáticas de cada plano de benefícios:

Para o Plano de Benefício Definido as provisões matemáticas são determinadas por atuário externo, Rodarte Nogueira- Consultoria em Estatística e Atuária. Em conformidade com a legislação em vigor é utilizado o Regime Financeiro de Capitalização e Método Atuarial Agregado dentre outras hipóteses e parâmetros previamente estabelecidos tais como: crescimento salarial, juros, inflação, taxa de mortalidade.

Abaixo descrevemos as hipóteses/parâmetros utilizadas na avaliação de 2015 e 2014:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Tábua de mortalidade:	AT-2000 Basic	AT-2000 Basic
Tábua de entrada em invalidez:	IAPB-57 Fraca agravada em 70%	IAPB-57 Fraca agravada em 70%
Tábua de mortalidade de inválidos:	AT-49 agravada em 100%	AT-49 agravada em 100%
Taxa de juros anual:	4,75% a.a.	4,75% a.a.
Nível de inflação anual:	Nulo	Nulo
Crescimento salarial:	2% ativos	2% ativos

A Administração da Entidade entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores.



Conforme Relatório da Avaliação Atuarial e em conformidade com a Resolução MTPS/CNPC nº 22, de 25 de novembro de 2015, a duração apurada do Passivo do Plano ECOS foi de 7,99 anos. Sendo assim, o Superávit Técnico de 24,12% das Provisões Matemáticas, que correspondente a R\$163.633 mil, em 31 de dezembro de 2015, foi registrado da seguinte forma: 17,99% na Reserva de Contingência (R\$120.587 mil) e o excedente de 6,42% em Reserva Especial para Revisão do Plano (R\$ 43.046 mil).

Conforme já mencionado anteriormente, as Resoluções CNPC nº 16/2014 e CNPC nº 22/2015 trouxeram alterações no que tange ao equacionamento do déficit ou destinação/utilização do superávit. Baseados no Relatório RN/ECOS nº001/2016, de 16 de fevereiro de 2016 e Avaliação Atuarial de 31 de dezembro de 2015 do Plano ECOS de Benefício Definido, conclui-se que o Plano ECOS BD possui parcela de Reserva Especial para Revisão do Plano passível de distribuição em 2016, no montante de R\$11.617 mil, conforme parâmetros mínimos da legislação, não comprometendo o equilíbrio atuarial e a solvência do Plano ECOS.

Para o Plano de Contribuição Definida são consideradas as particularidades de cada Participante, assim como a legislação específica e regulamento do plano.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras entre o Custeio Administrativo adicionado ao rendimento dos recursos administrativos e as despesas administrativas.

## **11. COBERTURA DE SEGURO**

É política da Fundação ECOS manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos. Os seguros dos imóveis locados são de responsabilidade dos locatários.

## **12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os instrumentos financeiros da Fundação ECOS encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

\* \* \* \* \*



## CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA

### CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



#### **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA**

Certidão n.º: BA/2016/00002705  
Nome: BRUNA ISEKI OGASAWARA CPF: 010.315.835-99  
CRC/UF n.º BA-028970/O Categoria: CONTADOR  
Validade: 26.04.2016  
Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página [WWW.CRCBA.ORG.BR](http://WWW.CRCBA.ORG.BR), mediante número de controle a seguir:

**CPF : 010.315.835-99 Controle : 4706.5020.5334.5962**



## PARECER DO CONSELHO FISCAL

**O**s membros do Conselho Fiscal da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - ECOS, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, após examinarem o Balanço Patrimonial, as respectivas Demonstrações de Resultados e os registros contábeis pertinentes, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do parecer dos auditores independentes PERFORMANCE Auditoria e Consultoria Empresarial Sociedade Simples e do parecer do atuário RODARTE NOGUEIRA - Consultoria Estatística e Atuária, são de parecer que as peças examinadas traduzem, adequadamente, a situação patrimonial e financeira da instituição, estando em condições de serem submetidas à apreciação e aprovação do Conselho Deliberativo.

Salvador, 29 de fevereiro de 2016

Cristiane Miranda da Silveira - Presidente  
Gilberto Ferreira Galvão - Conselheiro  
Vitório Mele - Conselheiro

## MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

**O** Conselho Deliberativo da Fundação de Seguridade Social do Banco Econômico S/A - ECOS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou, em reunião realizada nesta data, o relatório anual, as demonstrações financeiras e demais peças que as acompanham, apresentadas pela Diretoria Executiva, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e deliberou, embasado nos pareceres do Consultor atuarial, dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, pela sua aprovação.

Salvador, 29 de fevereiro de 2016

Luiz Ovídio Fisher - Presidente em exercício  
José Carlos Porto de Castro - Conselheiro  
Angelo Calmon de Sá Júnior - Conselheiro  
Edílson Carvalho Lauria - Conselheiro  
Marcelo Monteiro Perez - Conselheiro  
Gileno Neri Afonso - Conselheiro



**FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL BANCO ECONÔMICO S.A**  
[www.fundacaoecos.org.br](http://www.fundacaoecos.org.br)